



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DA  
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 3/2018  
SESSÃO ORDINÁRIA  
DE 27-04-2018**

*“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 3 da Sessão Ordinária de 27-04-2018

**LOCAL** - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

**DATA** -27 de abril de 2018-----

**INICIO** - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

**PRESIDENTE** - José Duarte Pereira..... PS

**1º SECRETÁRIO** - Adelino da Costa Pinto..... PS

**2ª SECRETÁRIA** - Ana Margarida Pinto da Cunha4..... PS

**MEMBROS** - Maria Margarida de Oliveira Monteiro Fontoura .....PSD

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal ..... PS

Manuel António Fernandes Domingues .....PSD

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia .....PS

Paulo Jorge Martinho Pinto ..... PSD

José Fernando Guedes Correia ..... PS

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares .....PS

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves ..... CDU

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa .....PSD

Luis Manuel Mendes Ribeiro .....PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco..... PSD

Christopher Joseph Maia Oliveira .....BE

Andreia Manuela Dias dos Santos Garcia ..... PS

Manuel Fernando Rascão Marques ..... PSD

Mário João Menezes Paiva .....PS

António Simões de Jesus .....PS

Leila Maria Fidalgo Ferreira ..... PSD

Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos Reis .....PS

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz .....CDU

Fausto Fernando Santos Loureiro .....PS

Pedro Fernando Teixeira Alves Macedo .....PSD

Maria Bebiana Rafael Sampaio Marques..... PS

Luis Pedro Góis de Jesus e Silva ..... PSD

Diogo Manuel Miragaia Ferreira Lima..... PS

### **PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA**

**(Alhadas)** Jorge Manuel Bugalho da Silva ..... PS

**(Alqueidão)** Clarisse da Silva Ferreira Oliveira ..... PS

**(Bom Sucesso)** Carlos das Neves Batata ..... INDEPENDENTE



(Buarcos e São Julião)	José Manuel Matias Tavares .....	PS
(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro .....	PS
(Lavos)	Maria Lucília dos Santos Pedrosa Marinho da Cunha .....	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira .....	PS
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues Nada .....	PS
(Moinhos da Gândara)	Célia Catarina Querido Oliveira .....	PSD
(Paião)	Jorge Francisco Gariso .....	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo .....	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro .....	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes .....	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão .....	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

#### SUBSTITUIÇÕES

Victor Manuel dos Santos Madaleno por Diogo Manuel Miragaia Ferreira Lima, João Paulo Gonçalves Pinto por Jorge Francisco Gariso, e Tiago Patrício Cadima Jorge por Luis Pedro Góis de Jesus e Silva.-----

#### JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Victor Manuel dos Santos Madaleno, João Paulo Gonçalves Pinto, e Tiago Patrício Cadima Jorge.-----

#### A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### 1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Coloco à votação a aprovação da ata da sessão de 27 de fevereiro de 2018, com uma correção efetuada a pedido dos membros da Coligação Democrática Unitária, relativa ao resultado final da votação do ponto 5.6, onde por lapso se indicara que aquela força política se absteria, quando, de facto, votara a favor."-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, Fernanda Marques Lorigo e António Santos Salgueiro, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, quatro abstenções dos membros do Partido Socialista Diogo Miragaia Lima e Jorge Francisco Gariso, do Partido Social Democrata, Luis Góis Silva, e da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, por não terem estado presentes**



na sessão, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2018.-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

**SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

“- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

• Concerto de Piano pelo Moscow Piano Quartet-----

• Comemoração do 153.º Aniversário do Corpo de Bombeiros Municipais-----

• Ciclo de conferências sobre Literacia Financeira/Ciclo de Ações de Sensibilização sobre Educação Financeira-----

• Espetáculo “London Community - Gospel Choir - One Night with Prince”, no Centro de Artes e Espetáculos-----

• Assinatura de um Protocolo de Colaboração entre o Município e o ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra | Coimbra Business School-----

• Espetáculo “Benjamin Clementine”, no Centro de Artes e Espetáculos-----

• Sessão Pública Apresentação de Obra de Requalificação do Núcleo Antigo - Requalificação de Ruas-----

• Assinatura do contrato para a realização da empreitada denominada “Reinstalação de Serviços Técnicos Municipais na Zona da Várzea-Instalações”-----

• Assinatura de um Protocolo entre o Município da Figueira da Foz e a Associação Dignidade, no âmbito do programa “Abem: Rede Solidária do Medicamento”-----

• Espetáculo “Ana Bacalhau - Nome Próprio”, no Centro de Artes e Espetáculos-----

• Receção às Seleções de Futebol de Praia de Portugal e Polónia-----

• Inauguração do Parque Central de Brenha-----

• Conferência de imprensa Polícia de Segurança Pública-----

• Cerimónia de assinatura do contrato para a realização da empreitada denominada “Execução e Beneficiação Incluindo Passeios - Zona Urbana-Pavimentação da Rua Voz da Justiça-Tavarede”-----

• Assinatura Contrato Pavimentação/Obra Rua Voz da Justiça - Tavarede-----

• Assinatura do contrato da loja 33 do Mercado Municipal - Espaço Coworking-----

Convites de:-----



- Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República para Reflexão sobre as Potencialidades do Mar-----
- Subcomissão Igualdade e Não Discriminação da Assembleia da República para Café da Igualdade - Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal-----
- Polícia de Segurança Pública para Cerimónia Policial comemorativa do 140º aniversário do Comando Distrital de Coimbra da Polícia de Segurança Pública-----
- Convite conjunto dos Presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Maiorca para a apresentação oficial da Feira Comercial, Industrial e Agrícola de Maiorca/2018-----
- Administração do Porto da Figueira da Foz para a apresentação do «Estudo de cenário de dragagens e locais de deposição de sedimentos na embocadura da Barra do Porto da Figueira da Foz»-----
- Associação Pequenas Vozes da Figueira da Foz para espetáculo «The impossible Journey», no Centro de Artes e Espetáculos-----
- Junta de Freguesia de Marinha das Ondas para as Comemorações do 90.º Aniversário da Freguesia-----
- Junta de Freguesia de Alqueidão para as Comemorações do 90.º Aniversário da Freguesia-----
- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para a Feira Medieval Infante D. Pedro-----
- Junta de Freguesia de Alqueidão para uma Noite Cultural na Casa do Povo de Alqueidão-----
- Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova para Comemoração do 25 Abril-----
- Junta de Freguesia de São Pedro para o 2º Festival da Lampreia e do Sável-----
- Associação de Consumidores de Portugal para as comemorações do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor-----
- Administração da Figueira TV para a 7ª Gala de Aniversário-----
- Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis em Braga
- Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para as Jornadas PlaticeMar-----
- União Filarmónica Maiorquense para as comemorações do 5º. Aniversário do Rancho Infantil de Maiorca-----
- Grupo Unitário de Mulheres da Figueira da Foz para a celebração do Dia Internacional da Mulher-----
- Conselho Local de Ação Social da Figueira da Foz para Seminário subordinado ao



tema «Desporto, Ética e Igualdade»-----  
- Águas da Figueira, S.A. para «Mercado da Água», no Centro de Artes e  
Espetáculos-----  
- Grupo Coral David de Sousa para o Concerto de Páscoa-----  
- União Filarmónica Maiorquense para as comemorações do 2º. Aniversário da  
Academia de Dança-----  
- Figueira Cidade Saudável para iniciativas no âmbito do Dia Mundial da Saúde---  
- Sociedade Instrução e Recreio de Lares para Concerto de Aniversário.”-----  
**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** “Não compareceu a cidadã Carla Sofia Ferreira Marques, inscrita para usar da palavra junto deste órgão deliberativo, por isso, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse para o Município.”-----

**3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO**

**A - 45.º ANIVERSÁRIO DO 3.º CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA (AVEIRO) - VOTO DE SAUDAÇÃO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** “Há 45 anos atrás, a cidade de Aveiro encheu-se de esperança aquando da realização do 3.º Congresso da Oposição Democrática, que se desenrolou de 04 a 08 de abril desse auspicioso ano de 1973.-----

Lembramos hoje, e aqui saudamos a coragem e determinação daqueles que deram corpo e voz a essa importantíssima iniciativa, precursora da madrugada risonha de 25 de abril do ano seguinte.-----

Da mais elementar justiça seria a pública homenagem da cidade a estes seus filhos, assumindo-se a saudação hoje aqui apresentada como primeiro passo para uma futura iniciativa de reconhecimento perante os nossos concidadãos presentes no 3.º Congresso, em representação dos democratas figueirenses, e perante os que não se tendo aí deslocado, apoiaram decisivamente a sua realização.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, Fernanda Marques Lorigo e António Santos Salgueiro, deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de saudação, subscrito pelos membros da Coligação Democrática Unitária, aos concidadãos presentes há 45**



anos no 3.º Congresso da Oposição Democrática, na cidade de Aveiro, em representação dos democratas figueirenses, bem como, a todos os que não se tendo aí deslocado, apoiaram decisivamente a sua realização, prestando-lhes desta forma pública homenagem.-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**B - 1.º DE MAIO - VOTO DE SAUDAÇÃO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Há cerca de 130 anos, centenas de milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização do mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica.-----

A greve geral pela jornada de 08 horas de trabalho diário.-----

A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e dos seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.-----

Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Assim lançou pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.-----

Desde então, as lutas dos trabalhadores e da organização do movimento sindical, nacional e internacional, têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade de todos os trabalhadores.-----

É preciso combater a precariedade, sinónimo de baixos salários, horários incertos, falta de direitos e de garantias, instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do País.-----

Urge mobilizar os trabalhadores e as populações em torno das suas reivindicações, nomeadamente na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação coletiva, pelo aumento de salários e de outras garantias, por adequados ritmo e duração de trabalho, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das responsabilidades do Estado na Saúde, na Educação e na Segurança Social.-----

A Coligação Democrática Unitária propõe que a Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida na sua sessão Ordinária de 27 de abril de 2018, delibere:-----

1.- Saudar os trabalhadores portugueses e de modo particular os do Concelho e



manifestar solidariedade com a luta por eles desenvolvida;-----  
2.- Apelar aos trabalhadores para que afirmem nesse seu dia a necessidade de um Portugal de progresso, livre e soberano ao serviço do seu povo;-----  
3.- Apelar à participação popular nas comemorações que acontecerão na nossa cidade, promovidas pelo Movimento Sindical Unitário.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, Fernanda Marques Lorigo e António Santos Salgueiro, deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de saudação ao 1.º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores, subscrito pelos membros da Coligação Democrática Unitária, saudando os trabalhadores portugueses e em particular os do Concelho, manifestando solidariedade com a luta por eles desenvolvida, e apelando à participação popular nas comemorações do 1.º de Maio na Figueira da Foz, promovidas pelo Movimento Sindical Unitário.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

#### **C - TERMINAL RODOVIÁRIO DA FIGUEIRA DA FOZ**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

**CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA:** “Hoje vou falar sobre o Terminal Rodoviário da Figueira da Foz. Recentemente este Terminal foi alvo de uma requalificação financiada pelo Programa Centro 2020, integrado no Portugal 2020, que levou a uma não notória melhoria das suas infraestruturas, facto este comprovado pela redução de espaços de abrigo que deixam os utentes sujeitos e expostos às intempéries durante o tempo de espera do seu transporte.-----

Aliás, a única alteração visível - a construção de uma rotunda nas imediações do Terminal - vai contra o objetivo principal da obra de requalificação que era a transição para uma economia com baixas emissões de carbono.-----

Como não exerço as minhas funções profissionais na minha cidade e sou um frequentador assíduo de viagens de autocarro posso afirmar que o atual Terminal Rodoviário da Figueira da Foz é um dos que apresenta condições mais deficitárias para os seus utilizadores em comparação com cidades de igual ou menor dimensão.

Perante isto, deixo três perguntas, a saber: A autarquia revê-se neste Terminal Rodoviário? Está prevista outra requalificação para a melhoria das suas condições? E para quando uma significativa melhoria na oferta dos transportes urbanos no Concelho?”-----





**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Aquele obra também foi enquadrada na diminuição de CO2, tendo em vista minimizar o tráfego, no fundo, uma forma de equilíbrio ambiental. Criar menos entorpecimentos no fluxo de tráfego e valorizar o espaço pedonal permitiu a candidatura a financiamento e a requalificação do Terminal Rodoviário.-----

Não há nenhum projeto para construção de um Terminal Rodoviário, porquanto, aquele espaço ainda assim é o que melhor se enquadra na ligação dos vários transportes, nomeadamente, o transporte rodoviário com o ferroviário.-----

Estamos a desenvolver um protocolo com a Infraestruturas de Portugal e Comboios de Portugal para construir uma sala de espera, com a dupla vertente de satisfazer os utentes e os passageiros ferroviários e rodoviários. Essa será a opção à falta de outro recurso e também não poderemos fugir muito dali, daquele espaço.-----

No âmbito da descentralização de competências, foi atribuída aos municípios a possibilidade de serem autoridades de gestão rodoviária e de transporte. Faz sentido do meu ponto de vista, porque havia, de facto, um grande desfasamento entre a oferta de transporte e a procura. Permitirá aos Municípios articularem e terem uma visão mais integrada de todo o território em particular da região, porque normalmente há depois uma solução de continuidade intermunicipal.-----

Temos uma autoridade, foram contactados serviços e transferiram-se as competências para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, que acompanhará as necessidades e no âmbito desta Autoridade Regional ir-se-á procedendo à reforma necessária, abrindo e atualizando as linhas-----

O Município da Figueira da Foz já tem uma política de financiamento ao sistema através dos transportes escolares e dificilmente poderemos suportar ou sustentar mais custos a este nível.-----

Está-se a criar uma linha de transportes flexíveis, um bocadinho à semelhança das boas práticas que se vão adotando noutros Municípios, nomeadamente o de Abrantes, para este executivo um Município de referência, onde procuramos antecipadamente saber quais são as necessidades dos cidadãos e projetar uma linha de transporte de carácter flexível."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**D - AUSÊNCIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL NESTA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Manifesto o meu profundo lamento pelo facto de não termos nenhum representante da comunicação social presente nesta sessão. Todos nós Assembleia Municipal, atores intervenientes devemos, de alguma forma, lamentar o facto de uma sessão deste órgão deliberativo não contar com qualquer jornalista presente."-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**E - CENTRO ESCOLAR DE BOM SUCESSO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Gostaria de ser informado do andamento do processo do Centro Escolar de Bom Sucesso.-----

Há uma Carta Educativa no Concelho da Figueira da Foz, há uma orientação em relação à organização da rede escolar na Figueira da Foz e, face às notícias mais ou menos contraditórias nos últimos tempos, o grupo municipal do Partido Social Democrata gostaria de saber se já há uma indicação do caminho a seguir em relação ao Centro Escolar do Bom Sucesso. Vai ou não ser construído? E se for construído o que vai acontecer às Escolas de Moinhos da Gândara e de Ferreira-a-Nova? Se for construído quantas salas terá? Se não for construído quais serão as razões?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco conhece bem melhor que eu os regulamentos e as normas exigíveis pela Direção Geral da Educação sobre esta questão. E, por outro lado, também sabe a necessidade pedagógica de manter o mínimo de alunos para que o ensino seja profícuo.-----

Portanto, desta forma tendo em conta as orientações da Carta Educativa bem como a fiscalização efetuada pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, a autarquia submeteu a apreciação o seu projeto de centralização numa só escola de todas as escolas da freguesia de Bom Sucesso.-----

Isso foi acordado com a Junta de Freguesia e de alguma forma previamente discutido com os pais das crianças.-----

É esse o projeto a levar a cabo, centralizando num edifício de raiz a construção de uma escola para toda a freguesia de Bom Sucesso.-----

Como sabe, os projetos de ampliações e novas construções pressupõem também um



aumento de alunos, numa tentativa de estabilização dos mesmos, o que infelizmente não se verifica.-----

Todavia, a favor da melhor qualidade aceitamos e suportamos este projeto na expectativa que na reprogramação do Pacto Regional ele possa ser enquadrado para financiamento.-----

Se não o for, estamos a aceitar esta construção para melhorar a qualidade das infraestruturas de educação na freguesia de Bom Sucesso.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** “Vou confrontar o Presidente da Câmara com uma afirmação que fez e que me parece importante e decisiva para esta Assembleia Municipal.---

O Centro Escolar de Bom Sucesso vai mesmo avançar, podemos ficar com essa certeza na sequência da sua intervenção. Permitia-me, então, colocar-lhe três perguntas muito diretas.-----

Depreendi da sua intervenção que esta decisão fora tomada em consonância com a Carta Escolar, em absoluta articulação com as Juntas de Freguesia, não só a de Bom Sucesso, penso eu (porque um Centro Escolar no Bom Sucesso fará outras escolas obviamente desaparecerem), e com os pais das crianças.-----

Gostava que ficasse aqui esclarecido nesta sessão da Assembleia Municipal, primeiro, se o Centro Escolar do Bom Sucesso vai avançar, segundo, se todas as pessoas estão absolutamente cientes que irão encerrar as escolas de Moinhos da Gândara e Ferreira-a-Nova, e as obras na Escola do Morro já não vão ser executadas, e, terceiro, se existe a garantia que os pais não deslocalizam as crianças dessas escolas, nem para a Figueira da Foz nem para a Tocha.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “A minha intervenção foi clara e o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco está a tentar criar aqui um incentivo de animar as populações. Esteja à vontade.-----

O Centro Escolar será construído, é uma opção da Junta de Freguesia, por isso mesmo a questão foi articulada com a Junta depois de ouvidos todos os pais e encarregados de educação.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**F - PLANO DE ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ NO ÂMBITO DA JUVENTUDE**



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Diogo Miragaia Lima.-----

**DIOGO MIRAGAIA LIMA:** "Para a bancada do Partido Socialista o futuro dos jovens é visto como uma das principais preocupações, no qual devemos concentrar os nossos esforços e dedicação para conseguirmos assegurar o seu futuro com a melhores condições possíveis.-----

Por consequência, venho apresentar ao Executivo Municipal, uma sugestão que na opinião do Partido Socialista, é fundamental para um melhor desenvolvimento e enriquecimento dos jovens figueirenses.-----

Colocando em perspetiva o Plano de Atividades apresentado pela Autarquia no âmbito da Juventude, permito-me destacar, com agrado, a prioridade crescente em promover e apoiar programas, projetos e iniciativas que tem como objetivo a participação cívica, o exercício da cidadania, a sensibilização dos jovens para a importância de aprendizagem não formal e informal, proporcionando aos jovens do concelho a aquisição de competências através da participação em projetos de formação, intercâmbio juvenil ou de voluntariado, nomeadamente, no âmbito do Programa Erasmus +.-----

2018 foi, de facto, o ano em que nós jovens figueirenses pudemos ver concretizada a aposta iniciada pelo Município em 2016, ao nível dos programas de mobilidade europeia. O projeto denominado PARTICIPA + - A Participação Juvenil, o Associativismo e a Cidadania Europeia, que a Câmara Municipal candidatou à ação chave 1 (Mobilidade para a Aprendizagem), em parceria com a Associação Local Bonae Spei, um Município e uma Associação Juvenil Espanhola e um Município e Associação Juvenil Italiana, obteve aprovação e financiamento da Agência Nacional Erasmus + - Juventude em Ação e concretizou-se através de duas atividades:-----

- Uma atividade de Intercâmbio Juvenil, no qual participaram 30 jovens (Figueirenses, Espanhóis e Italianos, com idades compreendidas entre os 14 e os 30 anos, sendo 4 jovens e 1 líder por país);-----

E-----  
- Uma atividade - Training Course - em que participaram 12 adultos com experiência na área da Juventude (técnicos, dirigentes associativos, animadores, monitores, estes com a idade mínima de 17 anos).-----

Foi também por ação do Programa de Serviço Voluntário Europeu que pudemos ter um jovem figueirense a participar num projeto de vertente artística na Polónia, país no qual desenvolveu diversas atividades de divulgação do País e sobretudo



da nossa cidade nas escolas locais. Refiro, com satisfação, que pelo trabalho desenvolvido por este jovem na Polónia, o mesmo veio a ser contratado pela Associação Polaca para coordenar diversas atividades realizadas pelos inúmeros voluntários europeus que participam em projetos daquela associação.-----

De referir ainda, numa outra vertente da Mobilidade Juvenil, que a Autarquia criou em Fevereiro de 2017, em Parceria com a Fundação Bracara Augusta, uma Loja Europa Jovem, que está em funcionamento no Paço de Tavadede.-----

Esta tem, à semelhança de outras instaladas pelo País, a função de disseminar a nível local serviços de informação juvenil com vocação europeia. Este instrumento tem permitido facilitar o acesso à informação europeia, aumentar o interesse dos jovens sobre a União Europeia e divulgar iniciativas e eventos potenciando a sua participação.-----

Assim sendo, face à importância dos processos de mobilidade no futuro de qualquer jovem, venho, através da presente intervenção, reconhecer o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Município para diversificar a mobilidade juvenil, atendendo a que está a dar os primeiros passos para criar um programa municipal específico para promover os intercâmbios juvenis, apoiado na rede de geminações que o Município tem pela Europa e um pouco por todo o mundo.-----

É importante um programa Municipal próprio, que proporcione a todos, numa perspetiva inclusiva e transversal, a possibilidade não só de terem uma experiência de aprendizagem em contacto com outras culturas mas também de poderem receber outros na sua cidade, promovendo-a e mostrando aquilo que temos de melhor para oferecer.-----

Como é do conhecimento geral, estas iniciativas requerem sempre um custo de viagem, que tem variantes, que muitos jovens não têm possibilidade de suportar, o que os exclui de terem a oportunidade de conhecer, estudar e enriquecerem-se fora da cidade no qual passam cerca de 18 anos de escolaridade.-----

Deixo assim, um apelo a toda a comunidade em geral, para que se envolvam e ouçam os jovens, que estimulem o seu pensamento crítico e a sua cultura enquanto cidadãos.-----

Imaginamos pois, um programa que possa mobilizar os agentes Concelhios, as Escolas, o Conselho Municipal da Juventude, as diversas Associações de Estudantes e Juvenis do Concelho e ainda todos os parceiros que queiram associar-se, conscientes da importância de incentivar os jovens a participar, a serem tolerantes e solidários, a desafiarem-nos para que saiam das suas zonas de



conforto e participem ativamente nas suas comunidades e no mundo atual.-----  
É essencial proporcionar cada vez mais condições aos jovens. Combater diferenças e proporcionar uma maior igualdade entre todos. Assim estaremos a melhorar as suas competências e enriquecimento pessoal, cultural e escolar e consequentemente, a trazer para a nossa cidade mais valias para o futuro.-----

Congratulámo-nos com o caminho que tem vindo a ser feito mas pedimos à Autarquia que explore bem esta perspetiva, e que continue a tomar sempre as melhores decisões para os nossos jovens.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Leila Fidalgo Ferreira.-----

**LEILA FIDALGO FERREIRA:** “Depois de ouvir o deputado municipal Diogo Miragaia Lima pergunto o que têm andado a fazer até à data as associações do Concelho?---

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Diogo Miragaia Lima.-----

**DIOGO MIRAGAIA LIMA:** “Enumerei vários casos de sucesso, e inclusive apontei um caso de um jovem figueirense, neste momento, a viver e a trabalhar na Polónia, no âmbito de um projeto de voluntariado europeu.-----

É um dos casos de sucesso mas outros casos há de vários jovens que têm ido e regressado com novas experiências e vivências, certamente uma mais valia para o nosso Concelho no futuro.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “O Município está a dar os primeiros passos no sentido de facilitar e apoiar a atividade das associações de jovens e também em se integrar nestes projetos de intercâmbio, de extrema utilidade como processo educativo de ciência e experiência viva.-----

Também ao nível do Conselho Municipal de Educação é intenção do executivo municipal aprofundar uma relação mais estreita com os agrupamentos escolares. Aliás, o Agrupamento de Escolas da Figueira Mar está a desenvolver uma série de iniciativas com deslocação de alunos a Londres e a Paris, e poder-se-á procurar cativar uma Carta de Amizade com Municípios amigos e encetar aqui também um intercâmbio de jovens.-----

É minha preocupação atribuir também uma política de financiamento à semelhança do que se faz para os projetos de refeições e de apoios ao escalão A e B. Temos de facto boas condições para acolher como também temos quem deseje conhecer. Isto passará necessariamente pelas associações e pelos agrupamentos escolares, porque fundamentalmente tem um carácter pedagógico e educativo.-----

A Câmara de per si nunca irá assumir a liderança dos projetos porque não tem



meios nem recursos para tal, mas, posteriormente, pode haver aqui alguma política de financiamento a nível da Comissão Europeia.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**G - ENTREVISTA DA VEREADORA ANA CARVALHO OLIVEIRA**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

**MANUEL RASCÃO MARQUES:** “Na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro último e no seguimento da entrevista dada pela Vereadora Ana Carvalho Oliveira em que afirmou «os figueirenses não têm ideia da quantidade de fábricas que estão a surgir na Figueira da Foz», por duas vezes perguntei ao Presidente da Câmara quantas fábricas e quantos postos de trabalho existiam no Concelho.-----  
Porque nessa assembleia não me foram respondidas tais questões, será que decorrido este tempo já me pode dar a tal informação? Ou isto foi só para ficar bem na fotografia, apesar de demagógico, ou também se referia à Austrália?”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Na Newsletter distribuída pelo Gabinete de Apoio ao Investidor e também no Relatório de Atividades de 2017, o deputado municipal Manuel Rascão Marques pode ter acesso à informação pretendida, onde consta nomeadamente que para além das 60 empresas instaladas no Parque Industrial, se encontram em fase de construção 03 novas empresas no setor do plástico, automação industrial e controlo de processos de bio polímeros. Duas das empresas ainda aguardam aprovação a candidaturas de financiamento no Portugal 2020. Depois verá com mais detalhe os indicadores constantes da tabela que acompanha esse Relatório.-----

Está-se praticamente a concluir o processo de negociação de ampliação do Parque Industrial para, depois sim, realizar uma promoção de oferta de alocação industrial que possa ter resposta, pois todos os lotes do Parque Industrial já estão vendidos e em fase de instalação de novas empresas ou de ampliação das já existentes.-----

Pretende-se expandir em mais 20 hectares o referido Parque Industrial, houve algum constrangimento agora devido ao Plano Municipal de Proteção da Floresta de Combate aos Incêndios, nomeadamente a determinação da faixa combustível. Tivemos



um encontro com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. e para já o projeto vai ser compatibilizado a essas restrições. Em breve estaremos a apresentar a candidatura para ampliação do Parque.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **H - REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DR. FRANCISCO LOPES GUIMARÃES**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

**MANUEL RASCÃO MARQUES:** “Gostaria de saber o que se passa com a obra de requalificação do pavimento da Praça Dr. Francisco Lopes Guimarães, porquanto, foram arrançados os passeios, aumentados os buracos da estrada, quem executava as obras desapareceu, pelo menos é o que parece, e de harmonia com o cartaz, o anúncio das obras, o prazo para a sua conclusão já terminou.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Foram alargados alguns passeios, executadas obras de fresagem e pavimentação e, entretanto, houve uma interrupção por causa das alterações climáticas. É provável que dentro de um/dois meses tenhamos as obras concluídas.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **I - POSTO MÉDICO DE MARINHA DAS ONDAS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

**MANUEL RASCÃO MARQUES:** “Não podia deixar de me congratular com o facto do Presidente da Câmara ter tido a capacidade de nada prometer à povoação da Marinha das Ondas, mas que devido à Ação Popular se esteja a tentar resolver a situação do Posto Médico.-----

Isto vem provar que era bom que V. Ex.<sup>a</sup> ouvisse mais a oposição e a população e deixasse a sua postura de intransigência, a que já assistimos por diversas vezes. Pois tal como todos nós, V. Ex.<sup>a</sup> nem sempre tem razão.-----

Também ficou provado que se os Presidentes de Junta quiserem, com a população ao





seu lado, conseguem fazer mais e melhor, em vez de somente se submeterem à vontade do Presidente da Câmara ou de algum Vereador.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Não há aqui qualquer tipo de alteração em relação aos propósitos. A Câmara Municipal acompanhou aquilo que são as boas práticas e as políticas da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. e não quero aqui confundir com qualquer intendência sobre a regulação do Sistema de Saúde.-----

Ao Município quando muito caberá numa futura descentralização, anunciada mas ainda não em prática, acompanhar o esforço de instalação de infraestruturas.----

Contudo, reconhecendo ser esta uma das questões que mais preocupa os nossos cidadãos, depois de receber uma comissão de utentes e de ter sido sugerido a transferência do Posto Clínico do Centro de Saúde de Marinha das Ondas para a Escola, propriedade da Câmara, e feita a análise no local com o Presidente do Agrupamento de Centros de Saúde, entendemos ser um esforço a valer a pena.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **J - ESTRADA DO PAIÃO PARA O CASAL VERDE**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

**PEDRO ALVES MACEDO:** “A intervenção na Estrada que vai do Paião para Casal Verde, passando pelos Vales ficou a meio. Queria saber se faz parte dos planos da Câmara Municipal fazer a reparação dessa mesma estrada no seguimento para a Barroqueira, Calvete, etc.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Está em projeto e lançado em concurso a intervenção para o Calvete e o Casal Verde.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **K - OBRAS EXECUTADAS PELA EMPRESA ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A.**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

**PEDRO ALVES MACEDO:** “Relativamente `Águas da Figueira, S.A. mais uma vez se constata a «anarquia» se me é permitida a expressão. Falo mais pela zona Sul, a



que melhor conheço.-----

Depois das intervenções executadas pela Águas da Figueira, S.A. continua-se a esperar mais de duas, três, quatro semanas e um mês pela reposição dos pavimentos e às vezes deficitariamente.-----

De uma vez por todas, a empresa Águas da Figueira, S.A. deveria ser chamada à responsabilidade para as reparações e reposições de piso serem efetuadas tão rápido quanto possível e, pelo menos, deixar o piso como o encontraram antes das suas reparações.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **L - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DE SÃO PEDRO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

**PEDRO ALVES MACEDO:** “Gostava de saber o que se passa com a Estação de Tratamento de Águas Residuais de São Pedro. Basta virem uns dias de calor como os últimos registados e o cheiro nauseabundo, se me permitem e desculpem a palavra, sentido por quem passa naquela zona é tremendo.-----

É um mau cartão de visita para quem entra na Figueira da Foz e obviamente para quem sai e estranho que até à data mais ninguém tenha abordado este problema, não obstante isto já perdurar há cinco anos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “A autarquia não pode construir uma Estação de Tratamento de Águas Residuais de raiz nem tão pouco existe financiamento para o efeito porquanto, a taxa de cobertura do saneamento ultrapassa aquilo que são os parâmetros europeus.-----

O esforço tem de ser feito com capitais próprios ou através da articulação com a concessão e sua repercussão depois no tarifário. Temos uma Estação de Tratamento de Águas Residuais que ainda está sobre explorada, nomeadamente, a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Verde.-----

Após o protocolo com o Porto da Figueira da Foz o Município passou a gerir todos os efluentes e fluxos das conserveiras e tem vindo a exigir destas empresas uma maior política e intervenção ao nível da limpeza das águas.-----

A Câmara Municipal e as Águas da Figueira, S.A. estão a fazê-lo ao nível do controlo dos fluxos das fábricas conserveiras. Mas bem melhor isto do que estar



a lançar toda esta matéria orgânica para o rio.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**M - PROTOCOLO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO DIGNIDADE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ABEM:  
REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO - VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

**ISABEL GUARDÃO TAVARES:** “Celebrou este Município um protocolo com a Abem-Dignidade, no princípio do corrente mês e que tem um alcance extraordinário na ajuda a pessoas mais carenciadas do nosso concelho na aquisição de medicamentos de que necessitam imperiosamente, e que, por força da conjuntura económica que o nosso país tem enfrentado, têm tido mais dificuldades na vida. Sendo que, onde cortam imediatamente nas despesas, é precisamente na medicação que deveriam tomar para debelar/atenuar o seu sofrimento. Este programa solidário designada por Banco Municipal de Medicamentos «Figueira A Bem» nasceu da preocupação que tem norteadado este executivo referente a grupos sociais mais vulneráveis, vivendo uma situação socioeconómica difícil o que leva, no seio de muitas famílias em dificuldades e onde existem doentes, por vezes com patologias difíceis e crónicas, a deixarem de tomar os medicamentos que lhes dariam melhor qualidade de vida. São pessoas que vão descurando a sua saúde porque não têm dinheiro para fazer face a outras despesas desviando o dinheiro para a sua alimentação e outras necessidades, cortando assim nos medicamentos que os ajudariam e agravando assim o seu sofrimento e sua saúde em virtude de não terem dinheiro para comprar os medicamentos que lhes são prescritos.-----

Não alheio a esta enorme dificuldade, senão a uma tragédia, o Município decidiu implementar o Banco Municipal de Medicamentos, que irá proporcionar um apoio aos munícipes residentes no Concelho da Figueira da Foz, no sentido de ajudar a melhorar a vida destes pacientes. O programa visa proporcionar a ajuda de que tanto necessitam estes doentes e colocar à sua disposição o acesso aos medicamentos que lhes são prescritos, com total discrição e dignidade. Estes beneficiários farão a sua candidatura, ser-lhes-á entregue um cartão e, como qualquer outro utente, vão à Farmácia e levantam os medicamentos que necessitam. O valor em orçamento para 2018 para este desígnio é de dez mil euros. Este montante vai permitir ajudar cerca de 100 beneficiários. Cada beneficiário



poderá ultrapassar os 100 euros anuais (montante que a Câmara disponibiliza para cada beneficiário), porque a Associação Dignidade tem um fundo que suportará o excesso.-----

A seleção será feita através da fórmula que está inscrita no regulamento e que irá apoiar os residentes no concelho que estejam de acordo com os requisitos. É para toda a população, não obstante uma importante ferramenta no apoio aos beneficiários com mais de 65 anos que, no concelho segundo estatísticas de 2016, rondam os 22.000!-----

Assim sendo todos nos devemos congratular e felicitar o nosso Município na pessoa do seu Presidente e vereação. Esta é uma importante e solidária iniciativa que deveria ser replicada em todo o lado em benefício dos mais desfavorecidos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "O Município tenta no domínio da ação social seguir as boas práticas.-----

É uma experiência que está no seu início, tem uma dotação orçamental tímida para começar, encetamos depois uma parceria com a Associação Dignidade, que já tem uma cobertura a nível nacional e, posteriormente, veremos se é necessário reforçar esta dotação de complemento às aquisições de medicamentos para cidadãos com manifesta insuficiência económica."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **N - NOVA SUPERFÍCIE COMERCIAL E RESPETIVO IMPACTO RODOVIÁRIO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

**MANUEL FERNANDES DOMINGUES:** "Depois de termos ouvido dizer várias vezes que não estavam mais nenhuma superfícies comerciais em estudo para serem implantadas na Figueira da Foz, apraz-me referir que fomos brindados mais uma vez com uma mercearia, a ser instalada na Várzea.-----

O que me leva a falar sobre este assunto é a questão da inserção na circulação rodoviária. Do que pude observar no projeto, a entrada é feita digamos junto ao AKI e a saída é feita junto da Rotunda Maria Clara.-----

Ora, até aqui tudo bem, embora eu pense que havia outras soluções mais eficazes. O que me espanta é que tendo acesso ao processo verifico que o Gabinete de



Trânsito da Figueira da Foz assume como uma boa entrada e uma boa saída e, pasme-se, a saída é feita para cima de uma passadeira.-----  
Isto há mínimos!... Quando a saída é feita em plena curva, numa via de aceleração que desemboca em cima de uma passadeira. É do elementar conhecimento que quando nós andamos numa via de aceleração não estamos a olhar para a frente, mas sim a olhar para trás para ver se alguém vem na corrente de tráfego principal. Pergunto como é possível um Gabinete de Trânsito dar parecer favorável a uma saída destas a desembocar em cima de uma passadeira? Há aqui qualquer coisa que não bate certo!-----

Depois, esta Rotunda Maria Clara e a Rotunda imediatamente antes onde desemboca o trânsito oriundo do LIDL tem reduzidas dimensões.-----  
Gostava de perguntar aos serviços da Câmara, na pessoa do seu Presidente, se aquando da instalação destas duas rotundas foi efetuada alguma contagem de tráfego no local. Porque poderia ter sido uma das obrigações do promotor exigir-lhe um estudo de tráfego do local.-----

É que quando se entra nesta nova superfície vai-se entrar e sair passando duas vezes na mesma rotunda. Em meu entender, isto será obstruir demais uma rotunda já de si bastante complexa e também, volto a frisar não é só esta, é a outra localizada junto do LIDL.-----

Do meu ponto de vista, deveriam ser feitas contagens de tráfego e depois redimensionar esses espaços para que o trânsito que lá passa não se torne caótico.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Esta questão tem sido recorrente no âmbito da discussão do Plano Diretor Municipal.-----

O único instrumento que temos é obrigar o construtor a um plano de harmonia com a envolvente urbanística. No caso vertente, foram pedidas várias retificações, alterações sucessivas, até chegar a uma fase em que, de facto, tudo o que os serviços exigiram a nível de urbanismo e de controlo de tráfego estava satisfeito.-----

O deputado municipal Manuel Fernandes Domingues terá de ver não o que está mas sim o que vai ficar depois da intervenção e, nessa perspetiva, os serviços devem ter acautelado tudo o que era necessário. Não é seguramente o tráfego que nos causa constrangimento pois ali ele flui.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--



**MANUEL FERNANDES DOMINGUES:** "Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição solicito que me sejam facultadas as cartas com todas as inserções de tráfego da via pública desta nova superfície comercial, da renovação de trânsito em Buarcos e também da zona industrial.-----

Preciso desses documentos para serem enviados ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., para efeitos de fiscalização destas inserções de trânsito."--

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**O - REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE MARÍTIMA DE BUARCOS - REPERCURSÕES NO ESTACIONAMENTO E TRÂNSITO - RUA CAPITÃO GUERRA**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

**MANUEL FERNANDES DOMINGUES:** "Já aqui se falou várias vezes na reformulação da circulação rodoviária, enfim, nos arranjos urbanísticos que vão acontecer em Buarcos. Constata-se aqui uma falta de estacionamento gravíssima. Não sei como se irá resolver e já ouvi dizer que, numa segunda etapa do projeto, se faria aqui estacionamento. Mas o projeto será lançado brevemente e desconheço quando será a segunda fase, a da execução de estacionamento.-----

Ainda mais grave é a circulação que vai desembocar na via marginal da Rua Capitão Guerra, ou seja, vamos levar todo o trânsito por essa artéria, porque vamos cortar a via em frente ao Caras Direitas, e quem desce a Rua Capitão Guerra vai chegar a uma via com dois sentidos, com elevadíssima circulação rodoviária e as pessoas vão ficar aqui 10/15 minutos à espera, ou entrar um bocado à «deixa-ma ver se consigo entrar».-----

Tem de haver aqui uma solução melhor que esta, ou trocar o sentido à via ou colocar ali semáforos, ou fazer ali qualquer coisa porque isto não me parece ser a melhor solução de trazer o trânsito todo da Senhora da Encarnação até aqui e chegados aqui as pessoas não conseguirem entrar na corrente principal de tráfego.-----

Poderiam ser obrigadas a ir à direita mas o problema era se tivessem um espaço para voltar para trás, mas depois não têm. Por isso, a única solução seria a obrigação de voltar à direita, e como não há nenhuma rotunda pelo menos projetada, a seguir terão de voltar a direita e à esquerda neste local.-----

Não é a solução indicada, irá trazer graves problemas e pode originar aqui



alguns acidentes até graves, porque as pessoas chegam a uma certa altura e não têm paciência para estarem mais tempo à espera que as deixem passar.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Há aqui uma razão subjacente que é minimizar o tráfego naquela zona e foi até isso que justificou a candidatura ao financiamento.-----

Portanto, as praças passam a ser dominadas pelos peões, pelas atividades lúdicas, à semelhança do muito que se tem feito por todas as cidades. Todo o tráfego que ali se possa fazer é condicionado no fundo ao que já existe por todas as artérias da Vila de Buarcos, por natureza também elas estreitas.-----

Não é intenção do Município suprimir lugares de estacionamento, nem aumentá-los. Numa segunda fase, iremos aumentá-los, ou temos uma ideia para os aumentar que terá de ser devidamente articulada com a Agência Portuguesa do Ambiente. Mas, contados os que existem agora e aqueles que estão em projeto, eles são da mesma grandeza. Acresce que com a construção do supermercado Bom Dia houve a preocupação, também essa por exigências da Câmara, de construir mais um Parque de Estacionamento para cerca de 200 lugares, precisamente para prevenir e se ter ali uma bolsa de estacionamento. E aqui a razão também foi a mesma, obrigar a que não houvesse ali mais constrangimento de aparcamento.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **P - ZONA INDUSTRIAL - SINALIZAÇÃO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

**MANUEL FERNANDES DOMINGUES:** “Constato que na Zona Industrial foi colocada uma sinalização sui generis do meu ponto de vista. Já foi comentado nas redes sociais e já ouvi até alguns disparates sobre o assunto. A sinalização colocada está correta. A nível do gosto é um bocado duvidosa.-----

Mas será que o custo dos painéis colocados na Zona Industrial não dava para sinalizar as ruas que escoam o tráfego daquelas artérias, as duas principais.--- O valor que se investiu nos painéis daria perfeitamente para sinalizar as duas vias escoantes na Zona Industrial, quer a do lado Norte, quer a outra já mais dentro das matas.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Sem embargo de podermos tentar melhorar, mas isso ao



nível das infraestruturas, na candidatura a apresentar para a ampliação e requalificação do Parque Industrial, houve uma preocupação de limitação da velocidade e definição de prioridade à direita, para de facto não se criar ali uma reta de velocidade com maus resultados.-----

Foi esta a opção de controlo de trânsito, sem embargo obviamente de depois tentarmos melhorar, caso esta nossa candidatura venha a ser aprovada.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se à intervenção seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**4 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA  
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Por vezes sinto-me não reticente, mas com vontade de rir, pelo menos interiormente, porque lembro-me daquelas figuras dos saudosos marretas, aqueles idosos que teimavam sempre e nunca saíam daquilo. Por vezes eu sinto que estou como eles.-----

E o que me faz pensar isso é a velha questão que temos vindo a levantar sobre este documento tão importante, isto é, nesta informação escrita não surgirem os assuntos levados às duas últimas reuniões de Câmara imediatamente anteriores. Isso deixa o assunto muito curto, com a perna perfeitamente manca.-----

Hoje iria mais longe e perguntaria porque é que isso acontece e qual é a impossibilidade, porque isto não é um capricho da nossa parte, este documento é uma informação política para se ter na mão.-----

Para além disso numa das sessões anteriores da Assembleia Municipal, se a memória não me falha, apareceram na informação referências escritas, claríssimas, sobre o posicionamento de crianças em escalões de apoio social escolar e nós trouxemos aqui a nossa opinião sobre o assunto. E hoje reiteramos - consideramos e continuaremos a considerar que os nomes destas crianças não deverão ser vazados neste documento e estou a ver parte do grupo municipal do Partido Socialista a acenar em concordância. Isto é uma questão de





sensibilidade, muito muito dolorosas e muito doridas para as famílias. E desta vez a páginas 19 e 20 voltamos a ter referências a quatro crianças, cujos casos foram estudados e foram contempladas com subsídios de ação social escolar. Gostaríamos que esta tivesse sido a última vez a acontecer.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** “Houve uma notícia onde era colocada a possibilidade de alteração do tipo de prestação do serviço ferroviário urbano de Coimbra. Falou-se numa alteração ou até a supressão dos serviços suburbanos de Coimbra. Gostaria de saber se a Câmara tem conhecimento e em caso afirmativo o que fez em relação a esta questão.”-----

Aproveito ainda para perguntar ao Presidente da Câmara se entretanto e após a sessão da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro, se obteve informação complementar à que aqui foi veiculada nesse dia sobre a Linha do Oeste.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** “Relativamente aos processos contenciosos, tenho reparado ao longo das últimas sessões que o contencioso monitorizado externo e interno está a aumentar. E eu gostava de perceber claramente quais as razões. E em alguns casos até de valor indeterminado ou indeterminável. Não pretendo de todo entrar em questões jurídicas, pois «quem te manda a ti sapateiro tocar rabeção», mas gostaria de saber o que está a ser feito em relação a este contencioso.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.-----

**JOSÉ FERNANDO CORREIA:** “Um pedido a propósito do dossier do contencioso, porque num processo dos que aí constam ele aparece como ainda estando à minha guarda. Isso foi assim, mas de facto já não acontece há algum tempo e eu queria pedir ao executivo municipal que eliminasse essa menção. É o processos da Tratofoz que está no contencioso externo.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “No tocante à primeira questão colocada pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz nada tenho a opor, pelo contrário sou apologista do máximo de informação, se existe aqui um hiato de 15 dias e se for possível suprimi-lo tudo bem.”-----

Em relação ao apoio social escolar já tínhamos definido que isto não devia constar, se consta como consta que eu já vi, está mal, e por isso peço desculpa por não ter lido com mais atenção. De facto, isto tem de passar por uma decisão



de Câmara por se tratar de uma exceção ao regulamento, e portanto, é uma questão de ordem procedimental. Podemos de facto e devemos omitir o nome, sem embargo de isto até ser remetido para reuniões não públicas da Câmara, mas depois não tem de constar em documentos públicos.-----

Quanto à questão da linha do setor suburbano eu não entendi bem a questão mas, aquilo que eu posso dizer é que nós os 18 Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra delegamos competências na Comunidade. A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra contratou ou subcontratou serviços técnicos especializados, salvo erro até com a colaboração do Eng.º Álvaro Maia Seco, portanto para dar as orientações técnicas necessárias para depois enfim começarmos o nosso serviço de definição e linha de transportes para a Região. Coimbra como tem os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos não faz parte do sistema, mas este tem de ser articulado com Coimbra. Grosso modo é isto, mas estarei sempre à disposição para qualquer informação suplementar.-----

Quanto à Linha do Oeste não tenho mais nada a acrescentar para além daquilo que já foi aqui dito e analisado em outras sessões deste órgão.-----

Em relação ao contencioso o Município tem total empenho em tentar resolver todos os processos pendentes. A questão da Tratofoz e sua contratação é feito no âmbito da nossa avença e tem a ver com a questão da pedreira de Maiorca, está em processo avançado de negociação, que se pretende equitativa e que satisfaça ambas as partes e depois virá à Assembleia Municipal para análise. O Mercado é um problema delicadíssimo em que somos demandados numa ação no valor de 20 milhões de euros. Suscita muitas e variadas questões de ordem jurídica extremamente técnica e detalhada e foi necessário recorrer a um parecer de conforto, parecer esse que será um guia de ação e até foi por sugestão do nosso advogado que muito prezo, Dr. André Rocha, que nos conforta para uma boa decisão. Mas houve essa necessidade, o que agrava segundo creio em 15 mil euros este processo, mas vale bem o preço que estamos a dar por ele, porque é intenso e profundamente esclarecedor. Também se procurou o Gabinete mais habilitado nesta matéria e com o qual nos sentimos mais seguros e confortáveis, o Gabinete Vasco Vieira de Almeida.-----

O Paço de Maiorca também tem um contencioso avançado, já aqui tinha sido referido que depois de todas as tentativas efetuadas junto do Tribunal de Contas só por via judicial é que podemos resolver este diferendo, e assim o vamos



fazer. Aqui, o Dr. André Rocha entendeu que não poderia acompanhar o processo porque tinha a ver com umas Parcerias Público Privadas e uns contratos extremamente complicados a exigir também um parecer técnico avalizado. Confesso que tive muita dificuldade em encontrar um escritório porque a maior parte dos gabinetes e escritórios têm ações do BPI, que vai espalhando as suas ações por todos os escritórios, de maneira que a maior parte dos grandes gabinetes estão todos impossibilitados. Conseguimos e a contratação é feita com a Sociedade de Advogados Sampaio e Jardim. Já nenhum deles lá está, mas está o nome.-----

A outra questão também tem a ver com uma necessária contratação e com questões de ordem urbanística. O Município foi demandado pela Santa Casa da Misericórdia com um pedido de indemnização por causa de uma parcela de terreno em consequência das alterações do Plano Diretor Municipal e o Dr. André Rocha como é mesário da Santa Casa da Misericórdia não pode acompanhar este contencioso, pelo que aqui também recorreremos aos serviços do Gabinete Vasco Vieira de Almeida, sendo titular o Dr. Rodrigo Esteves de Oliveira, por ser uma questão de carácter urbanístico muito técnica.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "A Coligação Democrática Unitária vai fazer chegar aos serviços da Câmara a informação online onde era transmitida esta nota dos transportes suburbanos de Coimbra e fará uma pergunta que certamente a Câmara depois nos responderá.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Responder-lhe-ei na próxima sessão da Assembleia Municipal."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:**

**5.1 - BENILDE JESUS MARIANO - PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO EXCEPCIONAL DE UMA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DO TIPO 2, EM REGIME INTENSIVO, SITA NA FREGUESIA DE FERREIRA-A-NOVA - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL**

Pela Divisão de Urbanismo foi presente uma informação propondo a regularização



das instalações existentes de uma unidade de atividade pecuária do Tipo 2, as quais integram obras de ampliação já efetuadas, propriedade de Benilde Jesus Mariano, sita na Rua da Esperança, 22, lugar de Coentros, freguesia de Ferreira-a-Nova, com fundamento na sustentabilidade ambiental e cumprimento dos requisitos de boas práticas higieno-sanitárias e de bem estar animal, bem como, na sua relevância económica e social para a Freguesia, como entidade produtora de leite recolhido diariamente como leite em natureza pela Cooperativa, garantindo em permanência um posto de trabalho e periodicamente emprego temporário a pessoas indiferenciadas, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.----- Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 05 de março de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "A Coligação Democrática Unitária leu este processo com atenção, os deputados municipais já conhecem a sua posição em relação a este tipo de processos. A questão leiteira e da criação de gado merece-nos todo o respeito mas há coisas que não percebemos bem como é que podem acontecer. As nossas perguntas são: porque é que a Junta de Freguesia no âmbito da discussão do Plano Diretor Municipal não propôs o enquadramento desta exploração? A exploração por aquilo que nos é dado a perceber continua sem ter aprovado um plano de gestão de efluentes pecuários. Eu admito que este é um setor que não dá dinheiro, mas nós estamos sempre aqui a falar nos problemas ambientais. Esta exploração tal como todas as outras que aqui nos apareceram anteriormente, em 10 anos não foi enquadrada no Plano Diretor Municipal e agora vai sê-lo.----- Na memória descritiva da atividade diz-se a determinada altura «prevê-se a resolução dos problemas sanitários em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente, com a ligação às infraestruturas já existentes no arruamento de acesso à parcela». Esta ligação vai ser feita ao esgoto normal ou ao esgoto daquela aldeia?----- Embora perceba que muitas destas explorações não têm condições e as pessoas quase têm de pagar para trabalhar, os seus produtos são pagos miseravelmente, mas os problemas ambientais é que não podem continuar com este tipo de situações."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----



**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Durante a discussão do Plano Diretor Municipal foi-nos dito que este tipo de situações não mais ocorreriam, e mais, foi-nos garantido a certa altura, penso que na última ou penúltima sessão deste órgão, que aquele era o último processo de regularização em curso. Mas «afinal havia outra»... Assim, pergunto se este é efetivamente o último ou se ainda há mais, como é que são tratados estes processos e qual será a justificação para daqui para a frente nós podermos apreciar estas situações?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A condição sine qua non é esta deliberação, porque sem ela não há processo de regularização. O processo de regularização é subsequente a esta tomada de posição. Depois entrará a Direção Geral de Pecuária, através do Ministério da Agricultura para proceder às inspeções, adaptação e regularização do espaço."-----

Quanto à pergunta do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco posso afirmar-lhe que quase jurava ter sido a última mas «afinal havia outra» que andava perdida. Às vezes nós também somos surpreendidos com estas más memórias."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Susana Oliveira Monteiro.-----

**SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO:** "Respondendo à pergunta que me tem sido feita aquando da apresentação deste tipo de processos eu contraporei também com outra pergunta - com o conhecimento tão vasto da zona rural da minha freguesia, sendo esta uma atividade que muitas das vezes passa de pais para filhos, que como disseram aqui anda sempre no limite dado as pessoas não saberem muito bem se no dia seguinte se verão obrigadas a encerrar a atividade, o que sugerem os deputados municipais? Que se dê a possibilidade de elas legalizarem estas atividades e daí começar a ser-lhes exigido que cumpram a legislação, ou de um momento para o outro atirar estas pessoas para o desemprego?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "À Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova pergunto se tem conhecimento de outras situações. O melhor é dizê-lo já para que não sejamos confrontados a cada passo com pedidos de regularização extraordinária."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "Sugerimos que se aumente o preço do litro de leite ao produtor, que os serviços agrícolas distritais funcionem na perspetiva do agricultor e não somente na perspetiva do emparcelamento, canais de rega e



noutro tipo de infraestruturas. Achamos que os agricultores e os criadores de gado têm todo o direito de sobreviverem condignamente coisa que atualmente não acontece com muitos deles. É verdade que muitos deles não conseguem ser só aquilo, têm de ter profissões complementares. A Coligação Democrática Unitária sugere, entre milhentas outras questões, que a agricultura seja vista como tendo em mente um plano de autossuficiência alimentar. Porque essa questão daqui a uns anos vai ser colocada no nosso país.-----

Era preferível nós termos agricultores com agriculturas de vários tipos e não vermos os nossos campos completamente ao abandono porque os fatores de produção são caríssimos. Agora, isto não é desculpa para que as entidades oficiais não façam o que devem fazer.-----

Não queremos fechar estas explorações, mas os tratamentos dos efluentes vão para onde? Então, os serviços da Câmara e da Direção Geral de Agricultura têm de trabalhar em conjunto de forma a que as pessoas tenham as melhores condições. Há muitos agricultores com muitas terras, mas isso não quer dizer que são ricos, porque não lhes dá de comer.-----

Seria melhor juntar todas as situações que houver para regularizar e vamos fazê-lo de uma vez só.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, José Fernando Correia e Fernanda Marques Lorigo, e do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, cuja vigência foi prorrogada pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, onze abstenções dos membros do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, reconhecer o interesse público municipal na regularização das instalações existentes, integrando obras de ampliação já efetuadas, de uma unidade de atividade pecuária do Tipo 2, propriedade de Benilde Jesus Mariano, sita na Rua da Esperança, 22, lugar de Coentros, freguesia de Ferreira-a-Nova, com fundamento na sustentabilidade ambiental e cumprimento dos requisitos de boas práticas higieno-sanitárias e de**



bem estar animal, bem como, na sua relevância económica e social para a Freguesia, como entidade produtora de leite recolhido diariamente como leite em natureza pela Cooperativa, garantindo em permanência um posto de trabalho e periodicamente emprego temporário a pessoas indiferenciadas, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----

Não participou da discussão e votação deste ponto a Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, Lucília Marinho Cunha, por se considerar impedida ao abrigo das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, alínea iv) do art.º 4.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua última redação, e n.º 6 do art.º 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.2 - PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA FIGUEIRA DA FOZ - 2017/2021**

Pelo Vice-Presidente foi presente a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação para o quadriénio 2017/2021, para nomeação por parte da Assembleia Municipal das pessoas indicadas pelas diversas entidades nele representadas.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de março de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Maria Fernanda Lorigo, do Partido Social Democrata, Isabel Gaspar Sousa, e da Coligação Democrática Unitária Maria Adelaide Gonçalves, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, na sua última redação, nomear o Conselho Municipal de Educação da Figueira da Foz, para o mandato de 2017/2021, o qual terá a seguinte constituição:-----**

- João Albino Rainho Ataíde das Neves, Presidente da Câmara Municipal;-----
- José Duarte Pereira, Presidente da Assembleia Municipal;-----
- Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, Vereador responsável pela Educação, que



substitui o Presidente, nas suas ausências e impedimentos;-----  
- Rigoberto Pereira Correia, Delegado Regional de Educação;-----  
- Fernando António Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede; -  
- Maomed Muagi Cabrá, Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Norte;-----  
- Pedro Mota Curto, Diretor do Agrupamento de Escolas Figueira Mar;-----  
- Ana Paula Guimarães Simões Carrito, Diretora do Agrupamento de Escolas do Paião;-----  
- José Manuel Pinto Castanho, Diretor do Agrupamento de Escolas da Zona Urbana; -  
- Carlos Alberto Pais dos Santos, Diretor da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho  
- Ilídio José Almeida Simões, em representação do pessoal docente do ensino secundário público;-----  
- Alexandre Manuel Teixeira de Figueiredo, em representação do pessoal docente do ensino básico público;-----  
- Maria Cristina Martins Cruz Neves Figueiredo, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública;-----  
- Cristina Isabel Carvalheiro Gomes Loureiro, em representação dos estabelecimentos de educação e de ensino básico e secundário privados;-----  
- Maria João Ferreira de Almeida e Ana Marisa Ferreira Simão, respetivamente, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária/3.º Ciclo do Ensino Básico de Cristina Torres e da Escola Básica e Jardim de Infância de Santa Luzia;-----  
- Ana Luisa Gameiro Veríssimo, em representação da Associação de Estudantes da Escola Secundária/3.º Ciclo do Ensino Básico de Cristina Torres;-----  
- Cláudia Alexandre Simões Silva, da Associação Goltz de Carvalho, em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que desenvolvem atividade na área da educação;-----  
- José Manuel Batata Faria, em representação dos serviços públicos de saúde;----  
- Olga Maria Mendes Guimarães Claro, em representação dos Serviços da Segurança Social;-----  
- Maria Adelaide dos Santos Crespo, Diretora do Centro de Emprego da Figueira da Foz, em representação dos serviços de emprego e formação profissional;-----  
- José Augusto Silva Freitas, Comissário da Polícia de Segurança Pública - Comando de Coimbra - Secção da Figueira da Foz, em representação das forças de segurança;-----





- Carlos Miguel Brás Vitória, em representação do Conselho Municipal de Juventude.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.3 - PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ, NA QUALIDADE DE ASSOCIADO, AO FÓRUM OCEANO - ASSOCIAÇÃO DA ECONOMIA DO MAR**

Pelo Presidente foi proposta a integração do Município da Figueira da Foz, na qualidade de associado, ao Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar, no respeito pelos requisitos legais e financeiros previstos na legislação vigente, e com fundamento no relevante interesse público local para a prossecução da estratégia da Câmara Municipal da Figueira da Foz no âmbito do desenvolvimento e valorização do Mar, fortalecimento da sua indústria, consolidação do seu tecido empresarial, conhecimento e criação de emprego qualificado, em tudo convergentes com a missão deste Fórum.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 09 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Maria Fernanda Lorigo, do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura e Isabel Gaspar Sousa, e da Coligação Democrática Unitária Maria Adelaide Gonçalves, deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea n) do n.º 1 e alínea b) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, art.º 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e art.ºs 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, as duas últimas na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a integrar, na qualidade de associado, o Fórum Oceano - Associação da Economia do Mar, respeitados que foram os requisitos legais e financeiros previstos na legislação invocada, e com fundamento no relevante interesse público local que esta adesão tem para a prossecução da estratégia da Câmara da Figueira da Foz no âmbito do desenvolvimento e valorização do Mar, fortalecimento da sua indústria, consolidação do seu tecido empresarial, conhecimento e criação de emprego qualificado.**-----



**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.4 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DE 2017 DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ**

Foram presentes os documentos de Prestação de Contas elencados no anexo I das Instruções n.º 1/2001, 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, exceto os documentos n.ºs "20 - Subsídios concedidos", "24 - Ativos de rendimento fixo", "25 - Ativos de rendimento variável", em virtude de não existirem movimentos contabilísticos que lhes dessem origem. Foi também presente o Inventário Municipal 2017 - Imobilizações.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Subunidade Orgânica de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Tal como tenho vindo a referir anteriormente e ficou provado que não me enganei nas minhas previsões, o saldo de gerência que acabou por ser integrado no Orçamento de 2018, deveria contemplar na sua distribuição o abaixamento do Imposto Municipal sobre Imóveis. Porque essa sim seria uma medida com repercussões diretas e facilitadoras na vida das pessoas. A par disso acho que esta folga orçamental, chamemos-lhe assim, eu não sou economista, deveria ocupar-se no seu fatiamento na urgente reabilitação da rede viária do Concelho.- Na intervenção que nos coube no 25 de Abril, aquando da sessão solene e porque o tempo estava limitado, a Coligação Democrática Unitária não se esticou sobre este assunto. Mas de facto, não é preciso ir muito longe, basta uma voltinha muito pequena pelo Concelho e pela Cidade, a rede viária está uma catástrofe e é mais do que urgente considerar a sua requalificação como uma prioridade e não uma coisa para depois de amanhã.-----

Por todos estes motivos, a Coligação Democrática Unitária não pode concordar com o documento apresentado aqui."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "O paradigma dos últimos 08 anos no que diz respeito à execução orçamental está fundamentado basicamente em duas linhas força, a primeira é o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro e a segunda é a questão da execução orçamental.-----



Temos referido abundantemente nos últimos anos que em relação ao Plano de Saneamento Financeiro estamos obviamente de acordo e nunca este Município nas suas variadas equipas teve qualquer oposição a cumpri-lo. Aliás, o Plano de Saneamento Financeiro foi um documento construído a várias mãos e com diversos contributos e nunca foi posto em causa pela oposição, nomeadamente pelo Partido Social Democrata.-----

Chegamos a 2018 e constatou-se que a Câmara tem uma ótima taxa ou um ótimo índice de execução orçamental. Também verifiquei que boa parte da receita da Câmara Municipal da Figueira da Foz se deve a um «incrível e brutal» aumento de impostos decretado noutros tempos. Estou a falar, por exemplo, do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Imposto Municipal sobre Imóveis e isso leva-me à seguinte constatação - primeiro a Câmara da Figueira da Foz não é diferente de outras câmaras.-----

Saúda-se obviamente a execução orçamental, saúda-se o facto de o Município da Figueira da Foz estar a cumprir os seus compromissos e, também, se saúda já agora a famosa Lei dos Compromissos que fez com que as câmaras municipais hoje estejam bastante mais espartilhadas no tocante à possibilidade de gastos, em relação há algum tempo atrás.-----

O voto do grupo municipal do Partido Social Democrata também será desfavorável a este documento, uma vez mais pelo facto deste executivo municipal e a sua orientação estratégica não conferir uma perspetiva de futuro e de desenvolvimento sustentado e sustentável para o Concelho da Figueira da Foz. E reitero que nenhum dos dossiers verdadeiramente decisivos para o futuro da Figueira da Foz tem sido encarado de frente e era isso que gostaríamos de ver aqui para o futuro.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.-----

**JOSÉ FERNANDO CORREIA:** “Estava a ouvir a intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco e estava a lembrar-me de uma outra proferida anteontem na sessão solene desta Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril. Houve aí uma outra intervenção, bem interessante por sinal, que eu subscreveria na íntegra. O deputado municipal que fez essa tal intervenção evocou a certa altura a figura do Dr. Sá Carneiro, e bem de resto, dizendo qualquer coisa como isto «o Dr. Sá Carneiro dizia que há uns que têm um discurso cheio de proclamações, cheio de estratégias, cheio de desígnios, um discurso grande e eloquente, e



depois estamos cá nós para modestamente e tranquilamente ir fazendo as coisas». O Dr. Sá Carneiro referia-se claro ao PPD/Partido Social Democrata. Ele não sabia e já não saberá que a situação que ele estava a descrever se aplica que nem uma luva à situação vivenciada hoje na Figueira da Foz em 2017/2018.-----

Nós temos num lado, aqueles que sistematicamente falam da estratégia, do desígnio, nunca objetivando nem nunca concretizando. Aliás nós todos nos lembramos bem da Plataforma Programática com que o Partido Social Democrata se apresentou nas últimas eleições, e creio que ninguém se lembrará de outra coisa que não seja baixar o preço da água e baixar o Imposto Municipal sobre Imóveis. O desígnio devia ser a água e a estratégia devia ser o Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

E cá estamos nós com uma execução orçamental na casa dos 100% na despesa e na receita. Estamos também confrontados com um aumento da receita do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e da Derrama que nada tem a ver com aumentos de impostos.-----

Não está na margem de determinação dos Municípios fixar o valor do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, pelo contrário este Município tem andado para trás sempre que define áreas de reabilitação urbana, e está aí mais uma na Ordem de Trabalhos, e está a recuar em matéria de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, prescindindo expressamente de receitas. Não há nenhuma espécie de aumento de impostos, não há um aumento da taxa do imposto, há verdadeiramente é um aumento da receita do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e da Derrama. E porquê? No caso da Derrama ela está vinculada ao desempenho das empresas ou melhor dizendo ao desempenho das sociedades, por isso o aumento da receita proveniente deste imposto apenas significa que as sociedades com sede ou estabelecimentos aqui no Concelho estão a ter lucros maiores.-----

No caso do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis quer dizer que tem havido mais transmissões de imóveis. -----

Repito para que fique claro e não haja dúvidas, não está na disponibilidade dos Municípios mexer na taxa do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. Os Municípios podem mexer na taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis e dos prédios urbanos e na Derrama também está prevista essa possibilidade, mas na Figueira da Foz esta última até tem vindo a descer. O processo da descida da Derrama para as pequenas sociedades nos termos que foram prometidos



eleitoralmente até já começou.-----  
No fundo nós temos isto, aqueles que falam da estratégia e do desígnio, umas coisas assim grandes e eloquentes e os outros que vão fazendo. Portanto, eu creio haver todas as razões para estarmos satisfeitos com as Contas que temos à frente, com o nível de execução orçamental que foi possível atingir. E isso não significa bem entendido que tudo esteja perfeito, certo e que a ação do executivo municipal não possa ser objeto de críticas. Claro que sim, em Democracia essa é a regra e é para isso que aqui estamos. Mas, não podemos deixar de olhar para as coisas com um sentido crítico.-----  
Nestas Contas agora em avaliação temos um nível de investimentos que compara por cima em relação a todos aqueles que estiveram para trás. Ninguém fala nisso e isso não deixa de ser relevante, mais de 09 milhões de euros e um conjunto de intervenções que também lá estão listadas, fora as adjudicações ligadas aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano Sustentável, a revisão do Plano Diretor Municipal, mais de 02 milhões de euros aplicados na rede viária e esta precisará seguramente de muito mais intervenções. Seja como for, tem sido feito um esforço bem razoável - o Centro Escolar de São Pedro, a unidade de saúde das Alhadas, etc., etc., etc, a intervenção no Parque de Campismo, só para listar algumas. Portanto, eu acho quase inacreditável que se possa dizer que com este nível de execução, respeitando integralmente os compromissos com a Banca assumidos no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, reduzindo sistematicamente a dívida do Município e com este nível de realização que aqui temos se possa achar que este documento ainda assim merece reprovação.”-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----  
**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** “Saúdo a atenção que o deputado municipal José Fernando Correia depositou na modesta prosa que eu proferi. Muito obrigado, eu também tenho o máximo de respeito e consideração pela sua intervenção e neste caso, pelo autocontentamento do dever cumprido e da autocontemplação da obra perfeita no que diz respeito à sua passagem pela Câmara Municipal.-----  
Mas, não só discordar é possível como acho inacreditável esse seu sentir perante a opinião do outro. E quando a opinião do outro é fundamentada não me parece que seja correto falar em estratégia e desígnio como seja coisa de somenos importância.-----  
É muito simples, aquilo que o Partido Social Democrata vem afirmando consecutivamente. Com certeza ficamos todos muito contentes com o bom desempenho



das indústrias da Figueira da Foz, do setor empresarial figueirense. E pergunto, então e empresas novas? Não seria interessante criar condições no Concelho da Figueira da Foz para que mais empresas viessem enriquecer a Derrama na Figueira da Foz? O que está a ser feito para atrair novas empresas para o Concelho da Figueira da Foz? Que tem sido feito, e eu não vou falar de Cantanhede, nem de Pombal, nem dos outros Concelhos limítrofes? Percebo o autocontentamento de quem está no poder ou de quem já esteve. Mas há também de observar a opinião do outro, a opinião da população do Concelho da Figueira da Foz. Já sei qual vai ser a resposta - nós temos feito e reconstruído as maiorias absolutas e portanto isso é sinal de que nós temos razão - mas, permitam-nos discordar e sublinhar a importância de se ouvir a opinião do outro.-----

E meu caro amigo José Fernando Correia não vamos falar em promessas eleitorais porque ainda todos estamos à espera de muitas promessas eleitorais feitas há 08 anos atrás."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A questão da baixa ou da subida do Imposto Municipal sobre Imóveis discute-se em sede de Orçamento. A autarquia mantém exatamente a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis que herdou e como já foi referido optou-se pela diminuição do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. E de facto, com estes resultados ponderaremos no próximo Orçamento dar continuidade a esse benefício.-----

Em relação a esta última questão, é natural que estejamos satisfeitos da nossa parte por ter atingido este resultado. Tenho pena que não analisem de forma mais exaustiva o Relatório de Atividades que é isso que está verdadeiramente em causa, ou seja, aquilo que foi feito e o que no entender dos deputados municipais não deveria ter sido feito manifestamente. Com uma execução quase a 100% dá ideia que tudo o que era possível foi feito."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, Susana Oliveira Monteiro e António Santos Salgueiro, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,**



deliberou por maioria com vinte e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções do membro do Partido Social Democrata Célia Querido Oliveira e do membro do Bloco de Esquerda, e onze votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata e dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz relativos ao ano de 2017, bem como, o Inventário Municipal dos Bens que faz parte integrante do mesmo processo.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.5 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2018**

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a inscrição e ajustamento de ações relevadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento ao nível das despesas correntes e de capital, designadamente, a inscrição das ações para enquadramento do contrato-programa a celebrar com a Associação Talentilicious, da reestruturação da cablagem da rede informática do edifício do Núcleo Museológico do Mar e da adaptação de infraestruturas a refeitório e instalações sanitárias no principal Intermodal da Figueira da Foz, bem como, o ajustamento do encargo plurianual da parceria com a Incubadora de Empresas da Figueira da Foz para a promoção do empreendedorismo, o reforço dos valores previstos para 2019 e inscrição do valor previsto para 2020 relativamente à empreitada de Requalificação Urbana do Cabedelo, e a inscrição da verba prevista para 2019 com a Requalificação do Antigo Edifício dos Bombeiros Municipais, para enquadrar a plurianualidade deste investimento não prevista aquando da elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Gostava de saber as razões pelas quais em abril já vamos na 2.º Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para 2018?2-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Estas revisões são recorrentes e por vezes eu próprio me



desentendo com os serviços por causa disto. Se os serviços fizerem um Orçamento municipal muito detalhado é natural que haja adaptações de investimentos em detrimento de outros. Demonstra também que os recursos não são ilimitados e assim também se consegue uma maior consignação de despesa, ou seja, um maior detalhe. Se se criarem rubricas de banda larga depois somos obrigados a esclarecimentos à posteriori, se não se fizer tão detalhado é natural que surja um ou outro investimento em que se tenham de criar ações e rubricas com mais enquadramento, como é por exemplo o caso das pavimentações onde se tentou contemplar o máximo de esforço financeiro, e depois teve de se ir buscar para outras necessidades. Quanto às razões subjacentes a esta revisão estão expressas na informação junta ao documento.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira e Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata, Leila Fidalgo Ferreira, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, quatro abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Célia Querido Oliveira, do Bloco de Esquerda e da Coligação Democrática Unitária, e oito votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018, visando a inscrição e ajustamento de ações relevadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento ao nível das despesas correntes e de capital, designadamente, a inscrição das ações para enquadramento do contrato-programa a celebrar com a Associação Talencilicious, da reestruturação da cablagem da rede informática do edifício do Núcleo Museológico do Mar e da adaptação de infraestruturas a refeitório e instalações sanitárias no principal Intermodal da Figueira da Foz, bem como, o ajustamento do encargo plurianual da parceria com a Incubadora de Empresas da Figueira da Foz para a promoção do empreendedorismo, o reforço dos valores previstos para 2019 e inscrição do valor previsto para 2020 relativamente à empreitada de Requalificação Urbana do Cabedelo, e a inscrição da verba prevista para 2019 com a Requalificação do Antigo Edifício dos Bombeiros Municipais, para enquadrar a**





plurianualidade deste investimento não prevista aquando da elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2018.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.6 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2017**

Pelo Gabinete de Apoio à Presidência foi presente o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2017, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, este Relatório foi previamente enviado aos titulares do Direito de Oposição para se se pronunciarem, caso assim o entendessem, tendo sido rececionada uma participação escrita da Coligação Democrática Unitária, à qual não foi junta qualquer resposta.-----

Este documento foi aprovado em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Consta deste pequeno dossier, aquilo que a Coligação Democrática Unitária entendeu ser a sua pronúncia sobre este Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição referente ao ano de 2017.-----

Em relação àquilo que está exarado na Lei n.º 24/98 o comportamento da Câmara, na opinião da Coligação Democrática Unitária, não se coaduna em toda a linha. Causa-nos alguma estranheza, mas a Coligação Democrática Unitária não está cá para avaliar comportamentos, nomeadamente, o do grupo municipal do Partido Social Democrata.-----

Não sei o que vai acontecer mas, gostaria de saber o que aconteceu de diferente em relação à prática camarária anterior que levou a que, por exemplo, em sede de reunião do executivo municipal os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata tenham votado a favor deste Relatório, contra a corrente do normal. Porque não sei de nenhuma alteração de posicionamento, de atitude e estratégia para com os seus pares que tenha podido conduzir a isto. Mas, também ninguém tem obrigação de responder à Coligação Democrática Unitária.-----

A Coligação Democrática Unitária de acordo com aquilo que entendeu, interpretou e fez questão de apresentar junto do executivo municipal, votará contra."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----



**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Orgulho-me de pertencer a um partido que é tão escrutinado. O deputado municipal José Fernando Correia gosta do meu discurso, a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz na discussão de um assunto quer saber o que é que o Partido Social Democrata pensa.-----

Os Vereadores do Partido Social Democrata responder-lhe-ão certamente, mas o grupo municipal do Partido Social Democrata vai votar evidentemente contra este Relatório, porque não se calarão enquanto as reuniões de Câmara Municipal não forem de novo abertas ao público, nem enquanto não perceberem as razões pelas quais o Município da Figueira da Foz começou no índice de transparência em primeiro lugar e agora já vai a meio da tabela e claramente com possibilidades de descer."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Às três objeções da Coligação Democrática Unitária eu contraponho que o executivo traz aqui a informação toda e mais aquela que quiserem. O estatuto de oposição de acesso à informação nunca é negado. Efetivamente, a Coligação Democrática Unitária porque não está representada no executivo municipal tem outras restrições.-----

Quanto à questão do índice de transparência, diria genericamente que nunca valorizei as análises de um Instituto privado sobre os índices de transparência. Aliás, acho uma intromissão injustificada de um Instituto privado, liderado por um ex-deputado ou ex-Vereador da Câmara Municipal do Porto. Não o valorizei quando se ficou em primeiro lugar como não o fiz agora que sofremos uma descida terrível para o 153.º lugar. Não faz sentido nenhum, não há contraditório. Aliás é engraçado como um Instituto de Transparência pode ser tão opaco.-----

De facto, fez-se uma análise exaustiva, até porque os serviços ficaram muito preocupados e eu perguntei o que se passava, e verificou-se que há muita informação no site da Câmara que não foi considerada.-----

O que me preocupava era, se analisado o site eu verificasse que o nível de transparência tinha baixado. Pelo contrário, preencheram-se dois lapsos tecnicamente supráveis, falta-nos suprir um outro que é a análise dos procedimentos urbanísticos online. Recusei-me e não irei disponibilizar a relação patrimonial dos bens dos membros do executivo, porque não aceito que a sua vida privada seja devassada online. Não aceito a publicação do Registo de Interesses desses mesmos membros. Não aceito a exigência de uma publicação do Código de Ética ou de Conduta do Município porque essa mesma ética ou conduta é



aqui sufragada pela Assembleia Municipal e são respeitados os princípios da Lei e dos Deveres Deontológicos.-----

Reclamam a publicação de um Relatório de Sustentabilidade do Município mas tal está implícito no Relatório de Atividades. A publicação da Agenda21 Local está vertida no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, a publicação do Plano Municipal do Ambiente não é uma obrigatoriedade da lei, a publicação do Plano Estratégico Educativo Municipal também não o é, pois existe a Carta Educativa, e depois o Plano Municipal da Cultura que o Instituto entende ser um índice de transparência.-----

Quanto ao Provedor do Município entendo não ser necessário, até porque o Presidente da Assembleia Municipal tem prestado uma excelente colaboração no atendimento dos mesmos, e também não resulta de lei, sendo uma opção dos executivos municipais.-----

Quanto à questão das reuniões de Câmara é o estrito cumprimento da lei, também não é isso que vem no índice de transparência e eu julgo que também somos a única Câmara que está online nas segundas reuniões de cada mês.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** “Três ou quatro notas muito rápidas e vou ser telegráfico. Primeiro, obviamente o índice de transparência talvez seja um fait divers e não quero tornar este o ponto essencial. O ponto essencial é efetivamente a questão da transparência e o grupo municipal do Partido Social Democrata não se calará enquanto não vir que a Câmara Municipal volta a ter as suas reuniões abertas ao público em geral, todas elas.-----

Mas para quem não valoriza o índice de transparência, conhecer tão bem os seus critérios se calhar provocou-lhe algumas insónias. Isso é bom, é sinal de que realmente isso deve pesar um bocadinho e eu espero que pese porque não me agrada ver o Município da Figueira da Foz tão mal classificado.-----

Já agora fica aqui uma sugestão, que vale o que vale, porque não à semelhança das reuniões de Câmara, as sessões desta Assembleia Municipal serem também transmitidas online. Fica aqui o repto. Seria um notável acrescento na nossa transparência e julgo que do agrado de todos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Se quisermos gravar esta sessão terá de haver uma aceitação e todos os presentes e há toda uma série de procedimentos que passam pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, mas nada tenho a opor a essa



pretensão.-----

Em relação ao índice de transparência o que de facto pesou foi o facto de todos aqueles que todos os dias têm por missão dar o máximo de transparência ao desempenho da autarquia não verem consagrado esse exercício, porque a orientação genérica é mesmo dar o máximo de transparência.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e treze votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e Coligação Democrática Unitária, aprovar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2017, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.7 - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA DE REABILITAÇÃO/RECONVERSÃO E EXPLORAÇÃO DO COMPLEXO PISCINA-MAR**

Pelo Presidente foi presente uma proposta para a concessão de obra pública de reabilitação/reconversão e exploração do Complexo Piscina-Mar, através de Concurso Público, mantendo-se os fundamentos subjacentes ao anterior procedimento, ou seja, o facto deste imóvel municipal, classificado de Interesse Público, carecer de um conjunto de intervenções que o requalifiquem e reativem, estando a capacidade de investimento do Município da Figueira da Foz limitada devido aos condicionalismos do Plano de Saneamento Financeiro subscrito em 2011. O concurso público aberto em 2017 ficou deserto, pelo que se propõe-se agora a abertura de um novo procedimento, eliminando-se alguma rigidez das cláusulas técnicas das peças do procedimento do anterior concurso, fixando-se novos critérios de adjudicação mais ajustados à realidade, adequando-se todo o processo às alterações ocorridas ao Código dos Contratos Públicos.-----

Integram o processo as peças do procedimento do concurso, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "Gostaria de saber quais foram as alterações significativas em relação ao Concurso anterior.-----

Do meu ponto de vista seria bom que aquele espaço fosse assumido de corpo inteiro pela Câmara Municipal. A Figueira da Foz não tem uma Piscina Municipal, este equipamento é um dos ex-libris da cidade e não ficaria nada mal à autarquia que pudesse de alguma forma acolher o espaço nas suas mãos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Segundo uma rápida pesquisa, durante as reuniões de Câmara dos últimos 08 anos este assunto foi discutido pelo menos 14 vezes. Isto é um sinal de desorientação, interrogação e indecisão. O que fazer e o que já foi feito em relação a este problema? Este dossier tem de ser resolvido, é algo que interessa à Figueira da Foz e, neste momento, a única coisa que me apraz registar é uma vez mais algum desfasamento entre algumas declarações feitas há alguns meses atrás, até na comunicação social, onde os Vereadores se pronunciaram sobre este assunto e afirmaram haver muitos interessados em explorar a Piscina Mar.-----

Ora, onde é que eles estão? Porque é que não vêm? O que tem de ser feito e obviamente o Partido Social Democrata estará muito interessado em ajudar na resolução deste problema, mas gostaria de perceber o que é que tem de ser feito para a Figueira da Foz voltar a ter uma Piscina Oceânica como já teve e como merece."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, as alterações grosso modo são a não obrigação de manter o Restaurante, de colocar uma cobertura sobre a Piscina, e a possibilidade de adaptação, mais flexibilidade no domínio da conceção/construção, obviamente sempre sob a tutela da Direção Geral do Património, e por isso está um técnico da Direção Regional da Cultura do Centro sempre a fiscalizar e apreciar as eventuais candidaturas.-- Porque, no fundo, o objetivo é manter a peça, não desvirtuar a peça e o seu traço arquitetónico. Estou a falar do todo e não só da Piscina, porque como sabem a estalagem e o restaurante já não funcionam há umas décadas largas.----- Refiro-me à remodelação do todo e isso exige um elevado nível de investimento. Para tal terá de haver um elevado nível de retorno e de sustentabilidade e portanto, os interessados, que os há, invariavelmente as questões que colocaram



foram - com estas condicionantes não é viável. Pretende-se criar aqui alguma capacidade de adaptação, não desvirtuando o essencial - a traça do edifício - mas possibilitando que os eventuais concessionários vejam neste concurso maior atratividade.-----

A questão de assumir a construção de uma piscina era depois prescindir da estalagem, da remodelação dos outros espaços ou fazer uma intervenção de fundo em todo o edifício que desvirtuava o seu traço arquitetónico.-----

Naquele local nunca poderia ser assumida uma Piscina Municipal, mas apenas uma Piscina lúdica, educativa e ativa. Uma Piscina Municipal terá de ser feita em espaço adequado e com muito mais qualidade. Aquele espaço não é ajustado a esse fim."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Como mede o interesse e porque continua a autarquia a dizer que há muitos interessados? Vejamos, qual é o grau de fundamentação dessa afirmação que afinal é recorrente? E ficará em ata então que mais uma vez foi aqui afirmado haver muitos interessados.-----

Quantos efetivos interessados e potenciais investidores levantaram o Caderno de Encargos?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Não precisavam de levantar o Caderno de Encargos pois ele estava disponível na página de Internet do Município. Mas a evidência é estar-se agora aqui a fazer esta adaptação, porquanto se não tivéssemos sido contactados por grupos económicos, não a faríamos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

**ISABEL GUARDÃO TAVARES:** "Aquele imóvel foi construído quase ao mesmo tempo que o Grande Hotel e como sabem foi um dos ex-libris da Figueira da Foz. Era uma Piscina extraordinária muito procurada e muito falada no País e no estrangeiro. Aquilo é um bocadinho um «elefante branco», porque nós temos de manter a Piscina porque ela faz parte do Grande Hotel. Na altura, houve um movimento para destruir a Piscina Praia e eu encabecei precisamente um movimento para salvar aquele espaço. Aquilo não é fácil e no entanto, tem estado a trabalhar todos os anos.-----

As pessoas que concorrem e estão interessadas, que deverão ser muitas porque o local é apetecível e lindo e é uma zona realmente nobre, com certeza deparar-se-ão depois com a problemática dos apartamentos, do restaurante e de toda a



envolvente, e então aí as pessoas recuam.-----

O Presidente da Câmara tem feito tudo o que é possível para dignificar aquele espaço, para o manter ativo.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Raul Portugal.-----

**JOÃO RAUL PORTUGAL:** “O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco está a ser um pouco injusto porque se há mérito que tem de ser dado a este executivo é que tem defendido uma questão muito importante para a cidade, a de ter uma Piscina aberta todos os anos, mesmo sabendo nós que nenhum dos vários concessionários que lá passaram teve sucesso.-----

Isto já vem do tempo do Partido Social Democrata, sem colocar qualquer questão de culpa, porque com o correr dos anos se percebeu que os investimentos ali feitos por vários empreendedores não tinham dado resultado.-----

Recordo-me inclusivamente das promessas à cidade de um Hotel, um Centro de Talassoterapia, mais um conjunto de infraestruturas dentro daquele complexo que, afinal de contas, não foram além de uma discoteca e a Piscina que a Autarquia mantém aberta.-----

Portanto, isto não é um problema deste executivo municipal e estarem a afirmar que este executivo, ou o Partido Socialista, não o consegue resolver é, no mínimo, injusto.-----

Um Hotel é rentável quando tem mais de X quartos. Quem investir ali num Hotel, não conseguirá ter rentabilidade. Por exemplo, se fosse o Mercure ali ao lado e se destinasse a uma ampliação do hotel já existente, a rentabilidade de 20 quartos a juntar aos que já tinham, então aí sim seria rentável. Todos sabemos que qualquer projeto de investimento, qualquer business plan para um empreendimento turístico com 20 quartos não é rentável. Isso está nos livros.---

Tem de se encontrar para aquele equipamento uma solução rentável. Foi aqui sugerido ao executivo municipal gerir aquele espaço, mas não é aptidão dos executivos gerirem espaços com hotéis, piscinas e restaurantes.-----

Do meu ponto de vista, quanto mais os Municípios estiverem libertados dessas tarefas melhor. No passado havia uma empresa municipal nesta área e talvez aí fizesse algum sentido, mas hoje não.-----

Tem de se reequacionar o que se apresenta aos investidores privados porque se não correrem de facto o risco de os concursos ano após ano ficarem desertos.”---

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado municipal Manuel Fernandes Domingues.-----



**MANUEL FERNANDES DOMINGUES:** "Já no passado se discutiu aqui muito sobre uma entidade que explorou o espaço do restaurante ter elaborado um projeto, pago mediante um encontro de contas. Ou seja, existe um projeto efetivo e ele neste momento, na próxima concessão, vai à vida, não é?-----

O Presidente também referiu que o Restaurante não estava a funcionar mas eu vejo-o aberto, portanto está a funcionar.-----

Se o Restaurante está a funcionar queria que o Presidente me dissesse se está a ser cumprido o contrato."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Está a ser cumprido o contrato. O estudo que abordou é a base de trabalho para dar contexto arquitetónico e técnico ao Caderno de Encargos. Continua válido, não está ultrapassado e ainda foi acompanhado pelo Arq.º Isaiás Cardoso.-----

Quanto à concessão procedeu-se a uma Hasta Pública, apareceu outro arcosense, e ficou com a exploração. Agora temos feito sucessivos apelos em Hasta Pública para prorrogar o prazo de concessão, porque não me interessa ter o espaço fechado.-----

Estou a falar do muito outro espaço, porventura desconhecido por vós, nomeadamente o piso superior, os quartos, etc., a afetação inicial no Caderno de Encargos previa que o espaço do Restaurante assim continuasse. Ora bem, temos de dar mais capacidade de alojamento para tornar o negócio minimamente sedutor."---

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

**MANUEL RASCÃO MARQUES:** "Peço ao Presidente da Câmara que não me leve a mal a pergunta que vou fazer, mas depois da intervenção do deputado municipal João Raul Portugal parece-me que estamos aqui a votar alguma coisa que não vai ter sucesso. E se não vai ter sucesso, não sei bem porque estamos aqui a votar.-----

A pergunta que eu lhe fazia é - recebem-se verbas do jogo e V. Ex.<sup>a</sup> gosta muito, de fazer obras por fases, então, porque não pondera o executivo municipal, a ser possível a utilização das verbas do jogo, começar por fases a recuperar todo aquele imóvel, concessionando-o depois já reabilitado?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "O processo da administração pública é um processo muito pesado, a negociação não é livre, tem de criar as condições de concurso e só neste regime se pode concessionar a exploração. E sempre que o queremos alterar temos de o trazer a esta Assembleia Municipal, porque não há a capacidade de





livre negociação.-----  
Depois da catástrofe de Maiorca, na minha opinião a Câmara Municipal não deve explorar o que quer que seja, porquanto o dispêndio de dinheiro na recuperação do imóvel não garante num futuro procedimento de concessão que a resposta seja diferente da obtida agora no concurso.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sete abstenções dos membros do Partido Social Democrata, e seis votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Luis Góis Silva, Paulo Martinho Pinto e Manuel Rascão Marques, da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, autorizar o Município da Figueira da Foz a lançar o procedimento de contratação pública para a concessão de obra pública de reabilitação/reconversão e exploração do Complexo Piscina-Mar, e a celebrar o consequente contrato de concessão, cujas condições gerais são as constantes das peças do procedimento concursal agora aprovadas.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**MARIA MARGARIDA FONTOURA** apresentou a seguinte declaração de voto: “Eu realmente estava-me a sentir profundamente dividida, sem saber o que pensar - se este equipamento deveria ser gerido pela autarquia, ou se poderia ser concessionado a um particular. Mas, este teria de ser muito corajoso face às obras necessárias e ao seu elevado custo. Por isso fiquei dividida...-----

Esta Piscina é, de facto, um ex-libris da cidade! Recordo perfeitamente e ainda sou do tempo de ver aquele varandim em frente, por baixo dos quartos, cheio de pessoas na altura da eleição da Miss Piscina. Aquela Piscina estava cheia todos os dias, e no mês de agosto muito mais. Aquela equipamento era rentável sem sombra de dúvidas. Depois, a sua utilização começou a esmorecer, as pessoas deixaram de aparecer, e a ficar aquém das expectativas dos seus concessionários. Daí esta minha indecisão - concessionar a um particular ou ficar a Câmara responsável pelo espaço.-----

Não sei, deixo isso a quem sabe.”-----



5.8 - PROPOSTA DE ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE ELETRICIDADE, EM REGIME DE MERCADO LIVRE - LOTE 1 - BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), LOTE 2 - BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E LOTE 3 - MÉDIA TENSÃO (MT) - AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO CELEBRADO PELA CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento para aquisição de eletricidade em regime de mercado livre - Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN), Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE), e Lote 3 - Média Tensão (MT), mediante consulta prévia ao abrigo do Acordo Quadro da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, pelo prazo de vinte e quatro meses, cujo valor de despesa estimada é de 4.503.267,39 € (quatro milhões quinhentos e três mil duzentos e sessenta e sete euros e trinta e nove cêntimos), acrescido de IVA no montante de 1.035.751,50 € (um milhão e trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos), perfazendo o valor global de 5.539.018,89 € (cinco milhões quinhentos e trinta e nove mil e dezoito euros e oitenta e nove cêntimos).-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repriminado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, art.º 259.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e republicado no anexo III do último diploma invocado, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua última redação:---

1 - Aprovar a abertura do procedimento para "Aquisição de eletricidade em regime



de mercado livre - Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN), Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE), e Lote 3 - Média Tensão (MT)", mediante consulta prévia ao abrigo do Acordo Quadro da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, pelo prazo de vinte e quatro meses, cujo valor de despesa estimada é de 4.503.267,39 € (quatro milhões quinhentos e três mil duzentos e sessenta e sete euros e trinta e nove cêntimos), acrescido de IVA no montante de 1.035.751,50 € (um milhão e trinta e cinco mil setecentos e cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos), perfazendo o valor global de 5.539.018,89 € (cinco milhões quinhentos e trinta e nove mil e dezoito euros e oitenta e nove cêntimos);-----

2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato desta aquisição de eletricidade pelos anos económicos de 2018, 2019 e 2020, os quais não poderão exceder:-----

- Ano económico de 2018 - 1.384.754,72 € (um milhão trezentos e oitenta e quatro mil setecentos e cinquenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2019 - 2.769.509,44 € (dois milhões setecentos e sessenta e nove mil quinhentos e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

- Ano económico de 2020 - 1.384.754,72 € (um milhão trezentos e oitenta e quatro mil setecentos e cinquenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

5.9 - PROPOSTA DE ABERTURA DE UM PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS NA CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ - LOTE 1 E LOTE 2

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento de concurso público, com publicação internacional, para "Aquisição de Serviços para Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos na Cidade da Figueira da Foz - Lote 1 e Lote 2 - pelo prazo de trinta e seis meses, cujo valor de despesa estimada é de 1.185.000,00 € (um milhão cento e oitenta e cinco mil euros), acrescido de IVA no montante de 272.550,00 € (duzentos e setenta e dois mil quinhentos e cinquenta euros), perfazendo o valor global de 1.457.550,00 €



(um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta euros).---  
Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de  
abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "A Coligação Democrática Unitária irá votar contra a  
proposta de abertura deste Concurso. Não porque queiramos os espaços verdes da  
Cidade mal tratados e com ervas daninhas a crescer, mas porque esta questão se  
resolve, em meu entender, com aquilo que há muito reivindico, a saber, o  
alargamento do quadro operário no Mapa de Pessoal do Município.-----

Os Mapas de Pessoal da Câmara Municipal estão perfeitamente invertidos, o quadro  
operário cada vez mais reduzido e o quadro dirigente cada vez mais alargado. E  
se durante muitos anos tivemos jardins razoavelmente bem tratados pela  
autarquia, não vejo porque razão não podemos ressuscitar essa boa prática."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Esta opção é recorrente e muito nos separa da deputada  
municipal Silvina Anadio Queiroz. A deputada municipal é contra as concessões e  
para o executivo municipal este regime de prestação de serviços não só é melhor  
como é mais económico.-----

Aqui não estão só em causa os recursos humanos, há também os meios técnicos para  
operacionalizar este tipo de ação. Assumir esta serviço implicaria um  
investimento brutal em termos de maquinaria, acrescido também da inerente  
contratação de recursos humanos. Estão em causa, salvo erro, cerca de 61  
hectares, ou seja, uma área imensa."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Verdade Presidente, muito nos separam as nossas opções  
políticas, mas relembro aqui algumas medidas tomadas pelos executivos desta  
Câmara Municipal com as quais a Coligação Democrática Unitária não concordou, e  
que acabaram por provar que tínhamos razão.-----

E não vale a pena ir muito longe, basta falar da questão das águas,  
concessionadas contra a vontade da Coligação Democrática Unitária, expressa no  
voto do grupo municipal, e que passados estes anos pelas minhas contas veio dar  
razão ao nosso ponto de vista. Nem vale a pena falar da qualidade da água nem  
dos serviços, basta avaliar e ponderar apenas os custos e a relação  
custo/benefício que tanto preocupam o Presidente do executivo. Neste processo de  
concessão das águas a autarquia paga mais do dobro do que recebe. Lamento."-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "No caso em apreço eu manifestamente não discordo dos regimes de concessão.-----

A questão da água terá aqui depois uma apreciação mais detalhada e com mais informação. A Câmara Municipal herdou um regime de concessão e está a cumprir as suas funções de concessionário efetuando um adequado controlo técnico e financeiro. Aliás, tentarei demonstrar isso mesmo com a apresentação de um relatório. Mas isso será noutra altura porque agora estamos a apreciar os espaços verdes."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, onze abstenções dos membros do Partido Social Democrata e do Bloco de Esquerda, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, ripristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e republicado no anexo III do último diploma invocado, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua última redação:-----

1 - Aprovar a abertura do procedimento de concurso público, com publicação internacional, para "Aquisição de Serviços para Manutenção e Conservação de Espaços Verdes Públicos na Cidade da Figueira da Foz - Lote 1 e Lote 2 ", pelo prazo de trinta e seis meses, cujo valor de despesa estimada é de 1.185.000,00 € (um milhão cento e oitenta e cinco mil euros), acrescido de IVA no montante de 272.550,00 € (duzentos e setenta e dois mil quinhentos e cinquenta euros), perfazendo o valor global de 1.457.550,00 € (um milhão quatrocentos e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta euros);-----

2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato desta



prestação de serviços pelos anos económicos de 2018 a 2021, os quais não poderão exceder:-----

- Ano económico de 2018 - 1,23 € (um euro e vinte e três cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2019 - 485.850,00 € (quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e cinquenta euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;--

- Ano económico de 2020 - 485.850,00 € (quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e cinquenta euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;--

- Ano económico de 2021 - 485.848,77 € (quatrocentos e oitenta e cinco mil oitocentos e quarenta e oito euros e setenta e sete cêntimos), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

#### 5.10 PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando três postos de trabalho de assistente operacional, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo resolutivo incerto na Divisão de Educação e Assuntos Sociais, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Subjaz a esta proposta de alteração o facto de o transporte escolar individualizado de diversos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, exigir que estas crianças sejam devidamente acompanhados e vigiados durante o percurso, e, se possível pelo mesmo acompanhante, em virtude de o seu comportamento desestabilizar quando ocorrem mudanças, tornando-se necessário recrutar estes três assistentes operacionais para o exercício dessas funções.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

**CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA:** "Qual a razão da contratação dos assistentes operacionais ser a tempo incerto e não por tempo indeterminado?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Tem sido esta a nossa prática. Posteriormente passam a tempo indeterminado. Permite-nos fazer uma avaliação dos recursos humanos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum



deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, José Matias Tavares, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2018, nele se criando três postos de trabalho de assistente operacional, em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, a termo resolutivo incerto na Divisão de Educação e Assuntos Sociais.-----  
Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.11 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**

Pelo Presidente foi proposta uma alteração da Organização dos Serviços Municipais no sentido de se criar 01 (um) Gabinete de Auditoria, a constituir-se como unidade orgânica a funcionar de forma independente, e, ainda, se fixar em 21 (vinte e um) o número máximo total de subunidades orgânicas.-----

Esta proposta tem subjacente o facto de decorridos quatro anos após a entrada em vigor da Organização dos Serviços Municipais, e revogadas as restrições legais à criação de unidades orgânicas flexíveis, se verificar a necessidade de criação de um Gabinete de Auditoria, bem como, de uma subunidade orgânica de Parque de Campismo e Mercados Municipais, no âmbito da Divisão de Turismo e Desenvolvimento Económico, tendo em vista operacionalizar de forma mais eficiente os serviços que lhes estão adstritos.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

**CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA:** "Gostaria de saber da mais valia de se criar mais um Gabinete e uma Subunidade Orgânica? E quais serão as alterações no Mapa de Pessoal daí decorrentes?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A mais valia é passar a ter um controlo funcional mais direto sobre um conjunto de equipamentos a carecer de uma gestão uniforme, a saber, os mercados e o Parque Municipal de Campismo."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum



deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes das alíneas c) e d) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente alteração da organização dos serviços municipais, criando 01 (um) Gabinete de Auditoria, a constituir-se como unidade orgânica flexível a funcionar de forma independente, e, fixando em 21 (vinte e um) o número máximo total de subunidades orgânicas.---**  
**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.12 - REQUALIFICAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DOS BOMBEIROS MUNICIPAIS -  
ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO E AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS  
ENCARGOS PLURIANUAIS**

Pelo Presidente da Câmara Municipal foi proposta a abertura de um procedimento de concurso público, para a empreitada de "Requalificação do Antigo Edifício dos Bombeiros Municipais", pelo prazo de execução de dez meses, cujo valor de despesa estimada é de 759.200,00 € (setecentos e cinquenta e nove mil e duzentos euros), acrescido de IVA no montante de 45.552,00 € (quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois euros), perfazendo o valor global de 804.752,00 € (oitocentos e quatro mil setecentos e cinquenta e dois euros).-----  
Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

**CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA:** "Após a leitura do presente documento, eu questiono o que estará previsto no projeto de requalificação para o antigo Quartel dos Bombeiros Municipais."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Está prevista ma intervenção minimalista para criar um espaço público e de utilidade pública. Estou a pensar transferir para lá o Arquivo Fotográfico e criar ali umas salas."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à deliberação.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1 e 6 do art.º 22.º do Decreto-Lei**





n.º 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril e aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alínea b) do n.º 1 do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e republicado no anexo III do último diploma invocado, e alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, ambos na sua última redação:-----

1 - Aprovar a abertura do procedimento de concurso público para a empreitada de "Requalificação do Antigo Edifício dos Bombeiros Municipais", pelo prazo de execução de dez meses, cujo valor de despesa estimada é de 759.200,00 € (setecentos e cinquenta e nove mil e duzentos euros), acrescido de IVA no montante de 45.552,00 € (quarenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e dois euros), perfazendo o valor global de 804.752,00 € (oitocentos e quatro mil setecentos e cinquenta e dois euros);-----

2 - Autorizar o Município da Figueira da Foz a assumir o compromisso plurianual decorrente da repartição dos encargos com a celebração do contrato desta empreitada pelos anos económicos de 2018 e 2019, os quais não poderão exceder:--

- Ano económico de 2018 - 481.549,00 € (quatrocentos e oitenta e um mil quinhentos e quarenta e nove euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído;-----

- Ano económico de 2019 - 323.203,00 € (trezentos e vinte e três mil duzentos e três euros), Imposto sobre o Valor Acrescentado já incluído.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.13 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS**

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais, consistindo no aditamento de um n.º 3 ao seu atual art.º 67.º, dando-se aqui o Regulamento com as alterações já incluídas, como integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.----

Subjaz a esta alteração, o facto de terem sido recebidos no Município da Figueira da Foz diversos pedidos de indemnização por furto de objetos de embelezamento nos cemitérios, e pelos quais a Câmara Municipal não pode ser responsabilizada. Acresce, ainda, que todo este processo foi precedido de consulta pública nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 101.º do Código



do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, não tendo sido recebidas quaisquer sugestões ou reclamações por parte de nenhum interessado.-----

Este processo foi votado favoravelmente na reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento dos Cemitérios Municipais, consistindo no aditamento de um n.º 3 ao seu atual art.º 67.º.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.14 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE TAVAREDE E APROVAÇÃO DA RESPECTIVA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA - SISTEMÁTICA - RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA E PARECER FAVORÁVEL DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, Infraestruturas de Portugal**

Pelo Presidente da Câmara foi presente a proposta final de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Tavarede, e a versão final da respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Do processo fazem parte integrante o relatório da ponderação da discussão pública, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Tavarede com o parecer favorável do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o extrato do Regulamento do Plano Diretor Municipal aplicável à Área de Reabilitação Urbana de Tavarede, o quadro de benefícios fiscais e incentivos à Reabilitação Urbana, e o Protocolo celebrado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Estrutura de Gestão do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-



se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, sob proposta da Câmara e nos termos dos art.ºs 13.º e 17 do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, aprovou, por unanimidade, a delimitação final da Área de Reabilitação Urbana de Tavarede, e a versão final da respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática, sob a forma de um Plano Estratégico de Reabilitação Urbana de Tavarede, a vigorar pelo prazo de quinze anos.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.15 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 20 DE DEZEMBRO DE 2017 - PARA CONHECIMENTO**

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 28 de março de 2018, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 09 de abril de 2018.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes o membro do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2017.-----**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.----**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Ata nº 3 da Sessão Ordinária de 27-04-2018*

---

Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----